

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

ATALIBA MENDONÇA JUNIOR

**O LAZER NO SESI: DO CONFORMISMO À
PARTICIPAÇÃO**

Piracicaba-SP
2004

ATALIBA MENDONÇA JUNIOR

**O LAZER NO SESI: DO CONFORMISMO À
PARTICIPAÇÃO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Curso de pós-graduação em Educação Física da UNIMEP como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino

Piracicaba-SP
2004

ATALIBA MENDONÇA JUNIOR

**O LAZER NO SESI: DO CONFORMISMO À
PARTICIPAÇÃO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Curso de Pós-Graduação em Educação Física da UNIMEP como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Piracicaba, 23 de março de 2004.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino - UNIMEP

Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama - UFMG

Prof^a. Dra. Tânia Mara Vieira Sampaio - UNIMEP

DEDICATÓRIA

Aos meus pilares que jamais se omitiram em suas manifestações: Solange, minha esposa, Patrícia e Henrique nossos filhos, registro aqui, o reconhecimento do afeto, compreensão e ternura recebido, que contribuíram para que este objetivo e sonho se concretizasse .

Dedico esse Projeto, com especial atenção ao Professor Dr. Nelson Carvalho Marcellino, pela amizade, ensinamentos, desafios e a contribuição efetiva ao meu aperfeiçoamento como pesquisador e ser humano.

AGRADECIMENTOS

Às Faculdades Integradas Toledo de Araçatuba, que possibilitou financeiramente a realização deste projeto;

Ao SESI, que me apoiou e viabilizou este estudo, disponibilizando tempo de minhas atividades de trabalho para a pesquisa, além do acesso a documentos necessários;

À banca examinadora, Hélder e Tânia, pelas contribuições na qualificação;

Aos funcionários da UNIMEP, que sempre foram receptivos, eficientes e atenciosos;

Aos amigos que comigo participaram desta longa jornada, apoiando e estimulando-me em todos os momentos.

RESUMO

Esta dissertação é o resultado da combinação entre pesquisa bibliográfica e documental: a primeira, efetuada a partir de levantamento bibliográfico realizado no Sistema de Bibliotecas da UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba - a segunda, através do método de estudo de caso, tendo como técnica a análise de conteúdo e, como procedimento de amostragem, o não probabilístico, intencional, por acessibilidade. A Instituição escolhida foi o SESI – Serviço Social da Indústria - que desenvolve Política Pública não governamental, na área do Lazer, de âmbito nacional. O estudo objetivou analisar o documento “Política e Diretrizes de Ação do SESI no Campo do Lazer”, verificando se, nesta política, há indicativos da superação do conformismo pela participação. Dessa forma, visa a contribuir com a elaboração de novas políticas de organizações que se disponham a atuar na área de Políticas Públicas não governamentais, diferenciando sua ação daquela da chamada “indústria cultural”, revestindo-a de características próprias. Almeja-se a superação do conformismo pela participação popular, a transformação do lazer “mercadoria” em criação cultural e, nela, a vivência dos conteúdos físico- esportivos. Conclui que a “Política e Diretrizes de Ação do SESI no Campo do Lazer” oferecem contribuições significativas quanto à fundamentação, pressupostos básicos, princípios, prioridades, diretrizes programáticas e diretrizes técnico-operacionais, como Política Pública setorial não governamental, em se considerando o campo do lazer, no país, e que ela fornece subsídios importantes em todos esses quesitos, para outras instituições semelhantes da área sociocultural que se disponham a atuar no setor.

Palavras chave: Lazer, Políticas Públicas, Participação Popular.

ABSTRACT

This paper is the result of a bibliographical and a documental research: the former started from a bibliographical compilation developed at the Library Systems of UNIMEP – Methodist University of Piracicaba – and the latter was a study case which used the content analysis as technique. The procedure for choosing the sampling subject was the non-probabilistic, intentional and due to accessibility. Therefore, SESI – Industry Social Service - was the chosen company, also considering the part it plays in a public non-governmental policy focusing on leisure nationwide. The aim of this study was to analyze the document called “Política e Diretrizes de Ação do SESI no Campo do Lazer” (which stands for: SESI Policy and Action Guidelines in the Leisure Field) verifying if inside this policy there were any indications of the conformity overcoming due to participation. Thus, this study gives contribution to the development of new organizational policies whose working focus are on non-governmental Public Policies. This might make their actions different from those of the so called “cultural industry” and filled with their very own characteristics. The conformity overcoming is expected through the effects not only of the community participation but also by the transformation of the “leisure merchandise” into cultural creation and, in it, the experiencing of the physical-sportive contents. The conclusion was that the document “Política e Diretrizes de Ação do SESI no Campo do Lazer” offers significant contributions for the development of other documents in relation to basis, basic presumptions, principles, priorities, programmatical and techno-operational guidelines as non-governmental sectional Public Policy in the field of leisure in the country. Besides, still in relation to the leisure field, it offers important basis to other

institutions which have social and cultural similarities and are willing to work in the area.

Keywords: LEISURE, PUBLIC POLICIES, PEOPLE PARTICIPATION.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
I- Lazer: Mercadoria ou Participação Popular?	16
1.1 – Lazer e Cultura	17
1.2 – Cultura, corpo e "mercado do corpo":	26
1.3 – Lazer: Classificações, abordagens e limitações	32
1.4 - Participação popular	44
II Lazer: discussão em torno da fixação de Políticas Públicas.....	50
2.1 - Política Pública, Social e Governamental de Lazer.	50
2.2 – Políticas Públicas Setoriais de Lazer	57
III – O SESI e sua Política de Lazer.....	71
3.1 – Caracterizando o SESI	71
3.2 – O documento “Diagnóstico no Campo do Lazer”	75
3.3. - A política e suas Bases	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	101

INTRODUÇÃO

Ao ingressar no Curso de Mestrado, tinha acumulado 12 anos de experiência como gestor de Unidade Operacional, ou CAT – Centro de Atividades - do SESI – Serviço Social da Indústria. Na Instituição, desenvolvo atividades por, aproximadamente, 17 anos, sempre ligadas às gestões do Esporte e do Lazer. Surge, assim, da minha ação cotidiana, o interesse pelo problema que norteará o tema desta dissertação: de que forma uma Instituição voltada para o campo social pode contribuir para minimizar os efeitos da indústria cultural na “mercadorização” do Lazer, que vem se verificando em nossa sociedade contemporânea, urbano-industrial, marcada pelas características de consumo e de fraca produção e participação popular?

Estimulado pela discussão travada nos conteúdos cursados no Mestrado, especialmente as vinculadas às disciplinas: “Teoria do Lazer”, “Lúdico e Educação, Corpo e Movimento”, “O Fenômeno Corporeidade” e “Atividade Motora, Promoção da Saúde e Qualidade de Vida”, constatei que, cada vez mais, o tema colocado estava se tornando significativo, tanto do ponto de vista subjetivo quanto objetivamente.

Assim, a problemática do estudo nasceu a partir da dialética da ação x reflexão x ação, proposta por SAVIANI (1989). Ou seja, pretendi buscar na análise documental da Instituição onde atuo, elementos que contribuam para o redimensionamento da minha própria prática profissional, no âmbito da

organização e fora dela, como gestor e animador sociocultural, profissional da área de Educação Física.

O estudo não tem apenas essa dimensão subjetiva, mas procura também contribuir, objetivamente, com outras organizações, na formulação de Políticas Públicas não governamentais, na área e na perspectiva da participação popular, procurando superar o conformismo, diferenciando sua ação daquela da chamada “indústria cultural”, devendo, assim, revesti-la de características próprias.

Pretendi analisar o documento “Política e Diretrizes de Ação do SESI no Campo do Lazer”, tendo em vista verificar se nessa política há indicativos da superação do conformismo pela participação popular e, também, o fornecimento de subsídios importantes para outras instituições semelhantes da área sociocultural, que se disponham a atuar no setor. Por se tratar de uma pesquisa documental, este trabalho focou-se na análise dos documentos e não nos desdobramentos operacionais dessa política.

Para tanto, foi realizado um estudo combinando pesquisa bibliográfica e documental (SEVERINO, 2000). Quanto ao “procedimento mais amplo de raciocínio” (Idem, p. 162), também entendido como modos de observação, que constituem os meios de abordar o “real” (BRUYNE, 1991), foi utilizado o método de estudo de caso.

Entendidas como “procedimentos mais restritos que operacionalizaram os métodos, mediante emprego de instrumentos adequados” (SEVERINO, 2000, p.162), utilizou-se:

1. para a pesquisa bibliográfica:
 - a) levantamento inicial das obras relativas aos temas chaves do trabalho: lazer, políticas públicas, participação popular; efetuado no Sistema de Bibliotecas da UNIMEP.
 - b) seleção do material, através da análise textual (SEVERINO, 2000).
 - c) aprofundamento das obras selecionadas, por meio da análise temática, interpretativa e problematização (Idem).
2. para a análise documental:
 - a) levantamentos dos documentos (Decretos-Lei nº 9.403 e nº 57.375, Diagnóstico do Campo do Lazer, Política e Diretrizes de Ação do SESI no Campo do Lazer), referentes à Instituição pesquisada (GIL, 1991).
 - b) posterior análise de conteúdo, subdividida em pré-análise, descrição analítica e interpretação desses documentos em relação aos objetivos do projeto (TRIVIÑOS, 1990).

A definição da Instituição deu-se de forma não probabilística, mas intencional, levando em conta critérios de representatividade e acessibilidade (BRUYNE, 1991).

Destacamos que a análise empreendida no campo do Lazer, vincula-se à área da Educação Física, pela relação com o plano cultural, uma vez que os interesses físico-esportivos configuram-se como um dos conteúdos do Lazer,

em estreita relação com os demais. Além disso, o duplo aspecto pedagógico do Lazer está intimamente relacionado ao ramo pedagógico da Educação Física, ou seja, mostra a importância da atividade física/motora e dá iniciação aos seus conteúdos. No entender de Vânia F. N. ALVES (2003)

Compreender os sentidos e significados das manifestações corporais presentes nesse nosso país, considerando-as como diferenças que constituem a riqueza de nosso patrimônio cultural, poderá contribuir para que os sujeitos constituam relações significativas consigo mesmo, com os outros e com o mundo. A Educação Física e o Lazer têm um papel fundamental para a concretização desse desafio (p.111).

A compreensão e a vivência dos movimentos dos corpos humanos nos mais diversos contextos culturais são tidos como áreas da Educação Física e do Lazer. As manifestações expressas nos contextos culturais podem ser consideradas, em seus momentos históricos de criação e recriação, em expressões diferenciadas, atendendo às necessidades lúdicas, estéticas, místicas, entre outras.

A esse respeito, ALVES (2003), declara:

Ninguém questiona o corpo como constituinte objeto de estudo da Educação Física nem como materialização das ações humanas vivenciadas no lazer. Por meio do corpo os sujeitos produzem as condições para que sua existência no mundo seja possibilitada. Por meio do corpo os sujeitos se humanizam a partir das relações e interações com os outros e com o ambiente que o cerca. Nesse fazer-se humano participam a Educação Física e o Lazer, áreas do conhecimento que lidam diariamente com o pensar, o agir e o sentir desses corpos (p.99).

Outra vinculação de nosso trabalho com o Lazer e a Educação Física está na escolha da Instituição estudada – SESI – entidade presente em todos os estados da Federação, atuante em 1.447 municípios (SESI, 2003), tendo

como proposta estar atuando em três grandes áreas; educação, saúde e lazer. Na área do Lazer possui em seu quadro de funcionários um grande número de profissionais de Educação Física. E para demonstrar a significativa participação desses profissionais no desempenho dos serviços prestados, citamos Ana R. FONSECA (2003), apresentando um dos programas desenvolvidos pela entidade, o Programa SESI - Ginástica na Empresa, que atende aproximadamente 460 mil trabalhadores e envolve mais de 400 professores e estagiários de Educação Física. Esse Programa visa a superar problemas agravantes da qualidade de vida dos trabalhadores, tendo em vista que o SESI desenvolve um conceito próprio de ginástica na empresa, pela perspectiva do Lazer, no qual os exercícios físicos são ampliados na sua abrangência, à medida que se torna um programa socioeducativo, realizado por trabalhadores no local de suas atividades laborais, de maneira sistemática, mas lúdica, voluntária e coletiva.

Pelas características das instalações do SESI e pelas ofertas das atividades de Lazer, ocorre o predomínio do conteúdo físico-esportivo, apesar de propostas alternativas para contemplar outros conteúdos.

Para evidenciar a característica das instalações, apresentamos os números de equipamentos em todo o território nacional: 13 colônias de férias; 281 quartos em colônia de férias; 108 alojamentos; 134 auditórios; 122 clubes do trabalhador; 41 estádios; 207 ginásio de esportes; 244 campos de futebol; 449 piscinas e 640 quadras esportivas (SESI, 2003).

Esta dissertação foi dividida em três capítulos interligados, sendo que os dois primeiros capítulos são fruto de pesquisa bibliográfica. No primeiro, "Lazer: mercadoria ou participação popular?" é feito o questionamento fundamental da

dissertação, a partir da relação lazer/cultura e da análise do conceito de participação popular e de seus canais. No segundo, realizamos uma discussão em torno da fixação de Políticas Públicas e dos principais aspectos que o desenvolvimento em torno delas envolve. O terceiro capítulo é baseado em análise documental, fundamenta-se no Regulamento do SESI, no Diagnóstico no campo do Lazer e na Política e diretrizes do SESI no campo do Lazer.

I- Lazer: Mercadoria ou Participação Popular?

Dividimos este primeiro capítulo em quatro partes que se complementam. Como o Lazer é entendido conceitualmente? Em que perspectivas ele pode ser considerado na sociedade contemporânea? Quais são as suas diferentes abordagens? Essas questões são geradoras das colocações iniciais. Partimos da constatação de que o Lazer pode ser visto como mercadoria ou como instrumento de participação popular privilegiado, através do prazer, contribuindo para a qualidade de vida, como forma de participação cultural.

A cultura é aqui entendida como produto e processo¹ em seu sentido antropológico. São distinguidos os conteúdos culturais do Lazer, seu duplo aspecto educativo e a necessidade de superação de níveis, de elementar ou conformista, para participação crítica e criativa, ponto central dessa dissertação.

Destacam-se também as questões relativas ao “corpo”, importantes para a manifestação cultural, o desenvolvimento do Lazer e da Educação Física, porém, muitas vezes tratadas como mercadoria em uma sociedade capitalista, na qual ocorre o predomínio da cultura mercadológica.

Quanto às abordagens do lazer, são fundamentais quando se estabelecem Políticas Públicas na área, pois, dependendo da concepção “abstrata” ou “concreta”, a filosofia da ação e a própria técnica estarão comprometidas com o entendimento de Lazer.

¹ O entendimento de cultura como produto e processo em seu sentido antropológico está relatado nas páginas 24 e 25.

Nesta pesquisa considera-se o todo inibidor (barreiras econômicas, de gênero, de faixa etária, de escolaridade, de estereótipos), que forma as barreiras para a prática do lazer, entre elas a de espaço e equipamento. Destaca-se, ainda, o papel das associações e clubes esportivos e associativos para o lazer da população, corporificando os aspectos fundamentais da cultura e colaborando para que o cidadão possa estabelecer relações socioculturais enriquecedoras de participação popular.

Abordamos, também, a participação popular como eixo de Política Pública e como conquista popular. Distinguimos os canais de participação e seus objetivos, apontando a necessidade de fixação de Políticas Públicas setoriais de lazer.

1.1 – Lazer e Cultura.

Entre os vários autores que se dedicam aos estudos do lazer, podemos citar Nelson MARCELLINO e Leila PINTO, que sem, definirem o termo, trabalham com elementos balizadores, em forma de conceito operacional.

Dessa forma o trabalho de PINTO (1998) apresenta o Lazer como uma possibilidade de reflexão sobre o momento em que se vive, a oportunidade para a participação popular, para a construção de uma nova proposta de vida a ser elaborada. Em um de seus artigos relaciona: "...o lazer com a educação e a socialização para a cidadania destaque, do ponto de vista civil, o direito ao prazer, que flui da liberdade e igualdade; do direito à eqüidade, à dignidade e ao respeito na convivência familiar e comunitária".

No entendimento de PINTO (1998), o tempo presente do Lazer revela-se na pressa de viver o prazer, na alegria e na convivência da liberdade por meio do brinquedo, do jogo, da brincadeira. Revela-se, ainda, na partilha pelos participantes dos jogos e brincadeiras, de tempo/lugar e materiais disponíveis. E mesmo uma expressão criativa advinda dos desdobramentos das nossas relações com o mundo, filtrados pela sensibilidade. Há que se levar em conta, também, o fato de o lazer poder nos proporcionar a oportunidade de vivenciar as inquietudes, surgidas pelos limites do contexto sociocultural.

De acordo com PINTO (1998):

...comprometidas com uma ordem social justa e democrática, as resistências lúdicas no lazer representam o saborear do momento presente como possibilidade de viver utopias, buscando interferir nos horizontes futuros, que se enunciam no presente, pela construção da alegria” (p.23).

Nesse contexto, o Lazer adquire caráter de vivência de um desejo a se realizar, podendo tornar-se “mola propulsora” para melhores condições de vida no futuro.

Para MARCELLINO (2001a), a consideração do lazer deve ser feita na sociedade urbana industrial contemporânea, levando em conta quatro aspectos inter-relacionados:

1 – “Cultura vivenciada (praticada e fruída ou conhecida), no tempo disponível das obrigações profissionais, escolares, familiares, sociais, combinando os aspectos tempo e atitude” (pág.46). Destaca, assim, o aspecto tempo na consideração do lazer.

2 - “O lazer gerado historicamente e dele podendo emergir, de modo dialético, valores questionadores da sociedade no seu conjunto, e sobre ele também sendo exercidas influências da estrutura social vigente” (p. 47). Considera o lazer situado historicamente.

3 - “Um tempo que pode ser privilegiado para a vivência de valores que contribuam com mudanças de ordem moral e cultural, necessárias para solapar a estrutura social vigente” (p. 47). Apresenta as possibilidades de transformação sócio-cultural a partir da vivência dos valores do lazer.

4 – “Portador de duplo aspecto educativo – veículo e objeto de educação, considerando-se, assim, não apenas suas possibilidades de descanso e divertimento, mas também de desenvolvimento pessoal e social.” (p.47). Considera o valor de desenvolvimento do lazer sem deixar de levar em conta as suas possibilidades mais comumente apontadas no senso comum, ou seja, o descanso e o divertimento.

Esse autor nos chama a atenção, ainda, sobre a necessidade de entendê-lo como parte de um contexto sociocultural mais abrangente, sem perder a sua especificidade. Dessa forma,

entender o lazer como um campo específico de atividade, em estreita relação com as demais áreas de atuação do homem, não significa deixar de considerar os processos de alienação que ocorrem em quaisquer dessas áreas. Entender o lazer como espaço privilegiado para manifestação do lúdico na nossa sociedade não significa absolutizá-lo ou, menos ainda, considerá-lo como único. A meu ver esse entendimento parece ser uma postura que contribui para abrir possibilidades de alteração do quadro atual da vida social, tendo em vista a realização humana, com base em mudanças no plano cultural (MARCELLINO, 2001a, p. 48 e 49).

Estamos frente a uma realidade: o lazer não pode mais ser negado. Com todos os problemas dos grandes centros urbanos e, talvez, pela escassez de todo tipo de recurso da sociedade contemporânea, a questão do lazer precisa ser debatida.

É possível visualizá-lo em duas perspectivas:

- Simples consumo – Mercadorização.
- Instrumento privilegiado de participação popular – considerando que esta participação acontece através de prazer.

A sociedade contemporânea privilegia o “lazer mercadoria”, no qual o sofisticado mercado do entretenimento proporciona atividades cada vez mais dirigidas, visando claramente à perspectiva financeira (lucro) e controle. Nesse sentido:

Entretenimento. Deveria ser um dos componentes do lazer, ligado ao divertimento, e compondo com o descanso e o desenvolvimento pessoal e social, os três pilares de sustentação do lazer, tal como proposto por Dumazedier. O que se percebe hoje é que ganhou vida própria, independente, uma clara alusão ao entretenimento como “lazer mercadoria”. Não atividades populares ligadas à alma da população, mas “popularescas”, no sentido de nivelamento “por baixo”, com o único objetivo de “desviar a atenção de”, e esse “de” quase sempre, pode ser entendido como uma triste realidade pessoal e social dos seres humanos. É a distração, significando alheamento e não, como propõe o educador Rubens Alves, como “atração por um outro mundo”. Um mundo diferente, de sonho e invenção, de uma sociedade mais justa, de um ser, mais humano (MARCELLINO, 2001b, p. 9 -10).

O lazer “mercadoria” pode ser reflexo da sociedade capitalista na qual vivemos, muitas vezes direcionada para a produção e consumo imediato. Precisamos de ações que se contraponham às da indústria cultural, na maioria

das vezes exploradora do “lazer mercadoria”, do entretenimento na sua pior conotação.

Entendida como processo de mercadorização da cultura na sociedade capitalista, a “indústria cultural” é tomada como um negócio com valores orçamentários, priorizando o princípio de comercialização de seus produtos (CAVICHIOILLI, 2000). Conforme entende este autor:

A indústria cultural transforma a diversão em uma grande mentira, “cada espetáculo da indústria cultural vem mais uma vez aplicar e demonstrar de maneira inequívoca a renúncia permanente que a civilização impõe as pessoas. Oferecer-lhes algo e ao mesmo tempo privá-las disso é a mesma coisa”. O que se permite é a exploração dos sentimentos, do amor ao ódio, do riso ao choro, divertir-se significa não ter o que pensar, esquecer o sofrimento até onde ele é mostrado, “é na verdade uma fuga, mas não, como afirma, uma fuga da realidade ruim, mas da última idéia de resistência que essa realidade ainda deixa subsistir. Numa sociedade onde prevalece a relação de troca entre os indivíduos, a possibilidade de crítica é minimizada (p.635).

A indústria cultural encontra no processo da instrumentalização do saber maneiras de repressão do ser humano, encaminhando para formas continuadas de mistificação e alienação da realidade. Ela, pela lógica da padronização, incorpora técnicas e regras de produção econômica. Eis por que o lazer, em muitos casos, é tido como extensão do trabalho e da lógica da mercadoria nas relações sociais e na produção de bens culturais.

Dessa forma, é preciso considerar as ponderações de MARCELLINO:

Lazer sim, mas não qualquer lazer. Não mero entretenimento, não o “lazer mercadoria”, mesmo, paradoxal que isso possa parecer, sendo fruído individualmente. Convites à convivência significam, do meu ponto de vista, minimizar o risco da exacerbção dos próprios componentes do jogo: a competição, que não leve à violência; a vertigem, que não leve ao risco não calculado de vida; a imitação, que não

promova o fazer de conta imobilizante da pior fantasia, o binômio sorte/azar, que não provoque o alheamento (MARCELLINO, 2001a, p.57).

Devemos considerar a possibilidade que a vivência “descompromissada” do lazer nos proporciona. Ela pode contribuir, de maneira eficaz, para o desenvolvimento pessoal e social, para a riqueza cultural, para a pluralidade na convivência, para o estabelecimento do repertório de valores, se diferenciando dos valores hegemônicos do mundo das “obrigações” institucionalizadas e internacionalizadas.

MARCELLINO (2000) aborda a questão mais detidamente quando observa a possibilidade de, através da ação do lazer, contribuir para a democratização da cultura.

Lia DISKIN (2000), ao abordar a riqueza a ser avaliada no mundo social, diz que ela “fica evidenciada pela pluralidade cultural que consegue legitimar-se na convivência” (Idem, p. 36), chamando a atenção para o fato de que “hoje, a qualidade de vida individual e coletiva está condicionada às oportunidades de conhecer e escolher repertório de valores, que nem sempre pertence à sociedade na qual está inserido” (DISKIN, p. 37). Para a autora,

...a qualidade de vida pessoal, institucional ou social depende em grande escala da capacidade de se relacionar com o outro (o diferente), o entorno e o planeta, de maneira respeitosa e responsável, promovendo o legítimo direito de oportunidades para usufruir dos bens naturais e culturais de que todas as comunidades humanas têm disponibilidade ao longo da nossa história (Idem, p. 37).

Na busca da qualidade de vida, o mundo vem procurando filosofias alternativas, exercícios mentais de relaxamento e ainda livros de auto-ajuda, sem, no entanto, melhorar realmente a vida cotidiana. Deve-se isso ao fato de

se tentar alterar apenas as estratégias e alguns critérios. Todas essas propostas, na verdade, são destinadas aos que têm poder aquisitivo, apresentando desse modo uma estratégia mais voltada para o caráter consumista do que para a melhoria da qualidade de vida de uma comunidade.

O moderno conceito de qualidade de vida precisa ser entendido em sua complexidade, associando as noções de crise, evolução, revolução e regressão, tudo vivenciado ao mesmo tempo e dentro de um processo de ganhos e perdas, avanços e retrocessos (MOREIRA, 2001).

É preciso antes de tudo mudar valores, fugir dos rótulos e fórmulas dos conceitos pré-estabelecidos e dispôr-se a considerar outra forma de entender o mundo e a própria vida. Essa mudança exige, além de novos valores, alterar nossas próprias percepções, requerendo a consciência de buscar o interesse pela vida de outras pessoas, numa ação de aperfeiçoamento da arte de viver e conviver (MOREIRA, 2001).

Implica, ainda, numa dimensão de intensidade em estreita relação entre participação e criação, de forma a estar mais para o ser do que para o ter. Essa intensidade da qualidade de vida não é da força, mas da profundidade, da sensibilidade e da criatividade (DEMO, 1998).

Desta forma, qualidade de vida implica dois desafios concomitantes: manejar a quantidade necessária e construir a qualidade possível. Dentro dessa visão, qualidade de vida implica sobretudo a humanização da realidade e da vida, marcando-se aí a urbanização, habitabilidade, saneamento básico, Lazer, etc.

Conseqüentemente, são conteúdos primordiais para a qualidade de vida o estado de direito, a redução da desigualdade social, a dignidade dos serviços

públicos e a ética política. Portanto, a qualidade de vida manifesta-se numa oportunidade no contexto social (DEMO, 1998).

A qualidade de vida das pessoas não precisa ser justificada por critérios de produtividade, numa perspectiva meramente “utilitarista” da questão. É uma questão de “valoração”, de crítica e de mudança de valores e contribuindo para a vivência do lazer, que supere os padrões do “consumismo” (MARCELLINO, 2001a).

O campo do lazer está inserido dentro do âmbito da cultura. Mas o que é cultura? Nesse terreno uma série de equívocos são verificados. O primeiro, no senso comum, utilizados por muitos outros setores, identifica cultura com erudição ou refinamento. O segundo, não menos comum, coloca a cultura identificada com artes e espetáculos culturais. Para a finalidade do nosso estudo, estamos entendendo cultura, a partir do conceito antropológico.

Assim, como observa Carmem C. MACEDO(1982),

...a análise das diferenças culturais só faz sentido por referência ao processo histórico de constituição e desenvolvimento das sociedades humanas. Em outras palavras, se a cultura deve ser entendida como expressão de relações sociais, é apenas por referência à estruturação dessas relações (elucidadas a partir de certas determinações fundamentais) que o sentido da produção cultural pode ser apreendido (p. 35).

Dessa forma, a análise da cultura envolve todo o *produto* da atividade humana, assim como todo o *processo* da produção que o engendrou da maneira como o produto foi socialmente produzido (MACEDO, 1982). O entendimento de cultura fica estabelecido como “conjunto global de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem

simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida se desenvolve” (p. 35).

Para Marilena CHAÚÍ (1989), a cultura popular ideal depende de uma vanguarda esclarecida, norteadora do povo, e que, embora involuntária, traz consigo uma concepção instrumental da cultura. A autora busca diferenciar povo e elite da oposição dominante e dominado, designando a cultura do povo como não autoritária. Todavia, as ciências sociais revelam que o autoritarismo está presente tanto nas manifestações culturais dos dominantes quanto dos dominados (p. 61).

Segundo CHAÚÍ (1989), seria importante verificar se o autoritarismo tem um sentido igual para dominantes e dominados. E mais importante ainda seria discernir quais as manifestações populares que reafirmam a cultura popular dominante e quais as que negam.

A terceira sugestão é a de que a política sirva para avaliar a oposição e mesmo a contradição entre povo e elite. Para isso, alerta que os dominantes buscam confundir os interesses de uma comunidade com os interesses nacionais, para que assim o povo esteja envolvido em um contexto mais amplo, descaracterizando problemas e desviando a atenção para os fatores externos dessa comunidade.

Para CHAÚÍ (1989), a cultura popular revela-se impotente face ao poder destrutivo da alienação. Mas, baseada no conceito de alienação, acredita que ele não explica suficientemente a diferenciação entre cultura popular e ideologia dominante. Assim, alerta que recorrer ao conceito de alienação para determinar a situação da cultura popular é temerário, porque para a classe

dominante a alienação é fonte de conservação e de legitimação (conhecimento como especialização). Já para os dominados, a alienação é fonte de paralisia e fragmentação, apenas, como por exemplo, o trabalho manual e o intelectual.

Dessa forma, a autora prefere a expressão “cultura do povo” para exprimir a cultura advinda e produzida pela população – camadas populares - em lugar da expressão “cultura popular”, segundo ela, a cultura mais difundida e veiculada.

Dentro da perspectiva de cultura apresentada, como se estabelece a relação no campo do lazer e da educação física com a cultura, o “corpo” e o mercado? Maria C. Rosa comenta:

Os campos do lazer e da educação física, em seus diversos significados, apresentam muitas possibilidades de intervenção. Como práticas sociais, revelam-se tempo e espaço para o exercício da cidadania, em que a ação crítica, criativa e participativa são norteadores (ROSA, 2003, p.141).

1.2 – Cultura, corpo e "mercado do corpo":

O ato de interpretar e questionar a realidade é, na verdade, possibilidade de intervenção para grupos e comunidades assumirem responsabilidades e riscos no desenvolvimento humano. Além disso, permite acesso a diferentes produções culturais, valorizando a cultura do povo, dando credibilidade ao repertório cultural, respeitando diferenças para compreender as diversas formas de linguagem, trabalhando com conceitos significativos para as pessoas.

Embora qualquer atividade humana possa ser repertório cultural, portanto, cultura, o reconhecimento disso ainda não é, via de regra, uma realidade. Isso porque não é suficiente ser autor de práticas sociais, mas é necessário que essas práticas possuam significados para quem as exerça, visto que o sentido está ligado à significação que o emprego delas confere

Para ROSA (2003):

As pessoas não devem ser, portanto, espectadoras, público ou consumidores passivos nas propostas, programas, vivências e intervenções. Princípios como inovação, valorização das diferenças, não conformismo, criação e experiência devem nortear propostas, execuções, avaliações e vivências. A pluralidade e a multiplicidade das culturas devem ser consideradas. Talvez, um primeiro passo seja atribuir reconhecimento aos estudos que abrangem os conteúdos culturais (ROSA, p. 142).

Não sendo o conhecimento algo acabado, o questionamento constante implicará em outras perguntas. Assim, incertezas, desconfianças e instabilidades possibilitarão sempre mais o alargamento na maneira de pensar as práticas corporais e suas influências sociais, estéticas, econômicas, políticas e culturais, buscando continuamente melhor entendimento dos movimentos corporais, contemporâneos em suas práticas culturais. Dessa forma, novos questionamentos são imprescindíveis à cultura, ao não conformismo e às vivências.

A Educação Física precisa intensificar o diálogo com as ciências humanas para mudar o imaginário social sobre as atividades corporais. Assim, para compreender melhor o conceito de cultura faz-se necessário um “olhar antropológico” para fazer entender que os conteúdos da cultura corporal do movimento são resultantes das produções humanas com significados. Dessa

maneira, professores de Educação Física devem favorecer o conhecimento do corpo, das práticas culturais corporais e da simbologia (ALVES,2003), pois:

...no corpo estão inscritos todos os valores e normas de uma sociedade específica, uma vez que ele é o meio de contato primário do indivíduo com o ambiente que o cerca. O homem, por meio de seu corpo, assimila e apropria os valores, normas e costumes num processo de incorporação. Mais do que um aprendizado intelectual, o indivíduo adquire um conteúdo cultural, que se instala no seu corpo, no conjunto de suas expressões. O homem aprende a cultura por meio de seu corpo (ALVES, 2003, p.102)

Assim, o conhecimento de como o corpo humano é socialmente concebido, demonstra, ainda, como nossas atitudes corporais são, por vezes, enformadas por estruturas simbólicas. Conseqüentemente, a etnologia contribui com estudos sobre a concepção de corpo presente em outros grupos sociais. Por exemplo: entre os povos indígenas do Brasil, muitas vezes, a concepção de corpo diz respeito à própria noção de pessoa, de sujeito social. No grupo indígena, foi identificada, por estudo etnográfico, a idéia de fabricação do corpo, tendo-o como algo que se constrói. Esse estudo demonstra que o problema da corporalidade só pode ser solucionado se considerarmos as representações coletivas que envolvem o corpo e fazem dele o efeito de uma realidade simbólica e o resultado de uma “construção social”. (ALVES, 2003)

Diante das observações realizadas, é preciso redimensionar a cultura na Educação Física e no Lazer, tomando-as como possibilidades de os sujeitos “incorporarem” suas diversificadas ações nas suas produções, criações e recriações de práticas corporais, num contexto cultural com dimensões simbólicas.

Quanto ao conteúdo a ser tratado, tanto na Educação Física como no Lazer, ressalta-se a necessidade de considerar esses conteúdos a partir de práticas significativas para os grupos sociais que a desenvolvem. O esporte pode ser um exemplo. Ele será uma manifestação cultural dotada de significados para sujeitos que vivenciam a produção da ação dentro da cosmovisão de seu grupo (ALVES, 2003).

Assim entendidas, a Educação Física e o Lazer são áreas do conhecimento que lidam com a compreensão e a vivência do movimento dos corpos humanos presentes nos mais variados âmbitos culturais. São manifestações diferenciadas de recriações culturais diversas.

Não basta dizer que o esporte, o jogo, a ginástica, a dança, as lutas são os conteúdos dessa cultura corporal de movimento. É preciso entender de que esporte estamos falando, em que contextos ele foi produzido; quais os significados que eles possuem para seus atores; e quais conhecimentos estão sendo (re)produzidos a partir da sua vivência (ALVES, 2003, p.110).

No trato com os conteúdos da cultura corporal do movimento, os profissionais de Educação Física deverão ter uma atitude mais crítica e reflexiva, repensando os processos metodológicos e avaliativos.

Tanto na Educação Física como no Lazer é preciso superar o entendimento restrito como cultura, pois ambos constituem importantes dimensões da cultura, tais como o são o trabalho e a educação. Assim, tematizando o Lazer e a Educação Física, há de se partir de questões referentes ao corpo e a sua gestualidade, hoje, tão submissos ao progresso e à disciplina.

O corpo, principal estímulo da indústria de imagem e do consumo, é proposto sob vários domínios, como técnico, cultural, biológico e social. Objeto de desejo – conquistado e comprado – alvo de investimento da sociedade contemporânea e lugar de apropriações, o corpo é suporte para discussões em diversas áreas (ROSA, 2003, p. 120).

No mundo ocidental, com valores capitalistas, o corpo é veículo e principal valor das relações, especialmente na propaganda, quando não se vende e nem se compra só a marca do produto, mas também, o estilo de vida e o modelo. Dessa forma, os corpos expressam posturas, valores, culturas, raças e gestualidade, buscando sempre novas leituras de suas manifestações.

Não há como negar que o corpo vem sendo proposto sob diversos domínios e sendo suporte para discussões em muitas áreas, por isso tem sido alvo de investimento da sociedade atual. Em sendo investimento, constitui-se o corpo de princípios ligados ao progresso, tais como: saúde, disposição e liberdade.

O envelhecimento representa a admissão do fracasso, do desprestígio social e da idéia de perda. Portanto, há necessidade de constante renovação corporal e tecnológicas do corpo, medicina esportiva e, ainda, disciplina, paciência, sacrifício e vigilância. Caso contrário, serão corpos escondidos, disfarçados e dissimulados (ROSA, 2003).

Levando em consideração a “cultura de massa”, a "reciclagem corporal" é imprescindível.

... corpos são educados por instituições e ou profissionais, de acordo com a lógica de mercado. Os modelos que adolescentes, jovens, adultos, pessoas de meia idade almejam, conforme o que está sendo estabelecido pelos órgãos propagadores de imagens, são quase sempre inatingíveis e exigem certas condições, como boa forma,

saúde, beleza e vigor, além de dinheiro para pagar aulas, massagens, cirurgias de retoque ou de transformação (ROSA, 2003 p.125).

Para essa "reciclagem corporal" um mercado especializado sobre as tecnologias do corpo dispõe de profissionais específicos, sugerindo modelos inatingíveis e buscadas a custo de dinheiro, favorecendo cirurgias, massagens, academias, etc. Dessa maneira, fisioterapeutas, professores de Educação Física e preparadores físicos colaboram com a lógica de mercado de corpos educados e padrão para adolescentes, jovens, adultos e pessoas de meia idade.

Apesar dessa indústria de beleza imperante, ressalta-se que os paradigmas de corpo mudam continuamente, modificando as estratégias para atingi-los e causando frustrações nos que sonham alcançar o modelo padrão de beleza para o tempo em que vivem.

O corpo é mais valorizado por seus bens, sua aparência, seus enfeites e alegorias, mesmo quando essas são dadas pela falta e não pelo excesso, como por exemplo, a magreza, sinônimo de escassez de gordura. O homem parece fragmentar-se, corporal e culturalmente. O valor não lhe é atribuído pelo todo, mas pelas partes (ROSA, 2003, p.126).

Verifica-se que o fato acima citado ocorre em virtude do discurso institucionalizado sobre o corpo, como o discurso da mídia e da indústria cultural. Ademais, a "tirania das aparências" e as "tecnologias" restringem-se aos limites do corpo, ao "processo de domesticação" e não às possibilidades de conquistas. Apenas firmam-se nas manipulações e no consumismo.

Numa sociedade mercantilista quase sempre as ações tornam-se bens e serviços, sem a necessidade de entender o funcionamento delas, o que leva à

constante busca da inovação, descartando facilmente o que já não interessa e levando à fragmentação, ao modificar e remodelar os corpos.

Nesse comércio, o corpo, nos diferentes tempos e espaços, como nos do lazer e da educação física, é considerado passivo e inerte às transformações, embora seja protagonista da cultura, do esporte, da publicidade, da saúde, da moda. As diferentes falas sobre o corpo – belo, perfeito, informatizado, esportivizado – atrelam-se à padronização e à racionalidade que, historicamente, tendem a se naturalizar (ROSA, p.126-127).

Assim, o lazer e a Educação Física deixam de ser processos para se tornarem em produto usado na busca da “enformação” (estar em forma). Os profissionais envolvidos nessa tarefa apresentam suas propostas pela mídia, numa troca de novidades, que o consumo traz da indústria e do comércio, transformando atos em mercadorias. Dessa forma, o futebol, a comida *diet*, a pescaria, entre diversas atividades, passam a ser mercadorias consumidas pelas pessoas em busca da boa forma.

Além disso, o “lazer mercadoria” é apresentado como uma alternativa de prazer, parecendo mesmo chegar a ser por opção própria, porém assemelha-se mais a um produto com um aliado: a mídia, que, por sua vez, conduz ao conformismo e à alienação, com ações condicionadas e previsíveis, portanto, pouco criativas.

1.3 – Lazer: Classificações, abordagens e limitações

Tendo em vista que os conteúdos culturais do lazer estão inseridos na própria cultura, é importante a classificação destes conteúdos. Vamos encontrar praticamente uma classificação por autor que se dedica a examinar a

matéria, algumas abordagens mais completas que outras, mas todas passíveis de deixar conteúdos sem categorias ou de determinar categorias diversas nas quais um mesmo conteúdo pode ser inserido (PARKER, 1978). São tipologias - como toda tipologia - tão mais artificiais quanto mais abrangente e interligado for o objeto de classificação (MARCELLINO, 2001c).

Adotamos a tipologia instituída por Joffre DUMAZEDIER (1980a), baseada na distinção entre os interesses verificados no lazer, ou seja, nas aspirações que predominam nas diversas áreas de atividade. O interesse deve ser entendido como “conhecimento que está enraizado na sensibilidade, na cultura vivida” (MARCELLINO, 2001c).

DUMAZEDIER (1980b) distingue cinco áreas de interesses: artísticos, intelectuais, manuais, sociais e físicos. Luís Otávio CAMARGO (1986), acrescenta a esses os interesses turísticos.

Analisando a interligação entre as várias áreas, MARCELLINO (2001c) conclui que a distinção só pode ser estabelecida em termos de predominância e representando escolhas subjetivas, aliás, evidenciando uma das características de atividades de lazer, ou seja, a escolha individual. E nem poderia ser de outra forma, pois os interesses compõem um todo interligado e não formado por partes estanques. A distinção é feita apenas para efeito de análise ou de planejamento.

Quanto à dimensão dos gêneros, os principais apontados por DUMAZEDIER (1980b) são: o prático, o conhecimento e a fruição ou consumo propiciado pela assistência a um espetáculo.

Assim, fundado na cultura, a partir do seu componente lúdico e da sua dimensão de desenvolvimento pessoal e social, o lazer é portador ainda de um duplo processo educativo, podendo ser utilizado, a partir dessa consideração, a educação para o lazer e a educação pelo lazer.

Assim, MARCELLINO (2000) destaca:

praticamente todos os autores, ligados ao estudo do lazer, reconhecem seu duplo aspecto educativo. Trata-se de um posicionamento baseado em duas constatações: a primeira, que o lazer é veículo privilegiado de educação; a segunda, que para a prática das atividades de lazer é necessário o aprendizado, o estímulo, a iniciação, que possibilitem a passagem de níveis menos elaborados, para níveis mais elaborados, complexos, com o enriquecimento do espírito crítico, na prática ou na observação. Verifica-se, assim, um duplo processo educativo – o lazer como veículo e como objeto de educação (p. 50).

Quando examinamos o lazer como veículo de educação, é preciso que consideremos o seu potencial para o desenvolvimento pessoal e social dos sujeitos envolvidos no seu fazer e nos seus vários gêneros (MARCELLINO, 2000). Por outro lado, para fazer ou fruir o lazer é necessário aprendizado que inclua o entendimento do seu significado, a importância e a iniciação aos seus conteúdos conceituais, ou seja, a educação para o lazer.

Além disso, como nos chama a atenção o mesmo autor “a educação para o lazer pode ser entendida também como um instrumento de defesa contra a homogeneização e internacionalização dos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação de massa”, uma vez que serve como anteparo, podendo desenvolver o espírito crítico pelo aguçamento da ação conscientizadora da prática educativa, inculcando idéias e fornecendo

instrumentos para que o público possa vivenciar o lazer crítico e criativo, mesmo com poucos recursos, e até fornecendo instrumental para que os recursos possam ser reivindicados junto aos órgãos competentes.

Baseado em DUMAZEDIER (1980b), MARCELLINO (2000), esclarece que a atividade de lazer não é ativa ou passiva em si, mas com esta distinção dependente da atitude que o indivíduo assume:

Assim, tanto a prática como o consumo poderão ser ativos ou passivos, dependendo de níveis de participação da pessoa envolvida, níveis esses que podem ser classificados em elementar, caracterizado pelo conformismo; médio, onde prepondera a criticidade; e superior ou inventivo, onde impera a criatividade (p.20).

Desse modo, no que diz respeito aos níveis do conteúdo cultural, DUMAZEDIER (1980b) sugere um escalonamento, indo do elementar ao superior. O nível elementar seria caracterizado por atitudes conformistas, o médio marcado pela criticidade e o superior pela criatividade (MARCELLINO 2001c).

Entenda-se por atitudes conformistas a falta de consciência e participação crítica e criativa do indivíduo no processo de elaboração e construção de vivências do lazer.

A consideração dos níveis, apesar das dificuldades que cercam a investigação, é importante para este estudo, pois pretende formular propostas supondo a superação de níveis conformistas de prática, de fruição e de conhecimento dos conteúdos culturais vivenciados no lazer.

Se o entendimento conceitual do lazer não é consensual, muito menos são as suas abordagens em termos de seus significados na vida sociocultural.

Vários autores nos chamam a atenção para a visão “funcionalista” do lazer. MARCELLINO (1987) analisa essa abordagem, distinguindo dentro dela: as nuances moralista, utilitarista, romântica e compensatória.

Contrapõe-se a essa concepção de lazer como instrumento de dominação o entendimento crítico do lazer que, mesmo levando em conta as limitações de ordem estrutural, o entende como:

um fenômeno gerado historicamente e do qual vê possibilidades de mudanças a partir da ação sócio-cultural na super - estrutura. Dessa perspectiva emergem valores questionadores da sociedade como um todo e sobre o qual são exercidas influências na estrutura social vigente. Assim, a admissão da importância do lazer na vida moderna significa considerá-lo como um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para a mudança de ordem moral e conceitual. Mudanças necessárias para a implantação de uma nova ordem social (MARCELLINO, 1987, p. 40 e 41).

Entretanto, o mesmo autor nos chama a atenção para o fato de que se é preciso analisar a visão “funcionalista” do lazer de uma perspectiva crítica, também é necessário enfatizar que é pernicioso e em nada contribui para mudar a situação vigente numa visão crítica e denominada por ele, de “fechada e cínica”, que não vê alternativas dentro do modo de produção em que vivemos.

Em “A Felicidade Imaginada”, Newton CUNHA (1987) nega o trabalho e o lazer, e coloca que a humanidade só poderá atingir a plenitude quando todo o trabalho puder ser escolhido livremente e for realizado com prazer, finalizando que “...uma solução radical para o conflito básico – ainda hoje – é uma incógnita” .

Já Valquíria PADILHA (2000), em *Tempo Livre e Capitalismo*, conclui que, “para que o tempo livre seja verdadeiro e cheio de sentido, o rompimento com a lógica do capital e sociedade fundada no mercado é decisivo” e aduz:

Tempo e capitalismo jamais farão um par perfeito, mesmo que o tempo livre continue tendo sua importância como reivindicação e como descanso. Mas a emancipação humana é algo mais complexo e requer reflexões muito mais radicais (no sentido de ir à raiz do problema) (p.105)

Tomando cuidados para não cairmos em raciocínios fechados é importante que se leve em conta o lazer concreto, historicamente situado, pois uma visão abstrata do lazer, redundará numa ação técnico-profissional equivocada.

Mais que isso, segundo MARCELLINO (1992).

O entendimento do lazer apenas em sua “especificidade abstrata” está ligado às concepções “funcionalistas”, em suas várias nuances, contribuindo para reforçar, ainda mais, uma ação que colabora para a manutenção do “status quo”, uma vez que, entre outros aspectos, não leva em conta o contexto mais amplo e, assim, deixa de considerar o que caracterizo como o “todo inibidor” para a sua prática – o conjunto de variáveis que, tendo como pano de fundo a questão econômica, provoca as desigualdades quantitativas e qualitativas na apropriação do tempo livre (p. 314).

Dessa forma, a ação fundamentada nesse entendimento (“especificidade abstrata”) é geradora de incompetência, estimuladora da não participação e inibidora do exercício da cidadania. É a ação do especialista tradicional (p. 314).

Por sua vez, se considerarmos a “especificidade concreta” do lazer, teremos que verificá-lo a partir de sua manifestação na sociedade atual,

colocando-o como reivindicação social. Seu significado, assim, é bastante diferente do colocado na sociedade escravagista da antigüidade clássica. O lazer tem hoje caráter de participação cidadã; é uma questão cultural. O mesmo autor entende ainda:

a participação cultural como uma das bases para a renovação democrática e humanista da cultura e da sociedade, tendo em vista, não só a instauração de uma nova ordem social, mas de uma nova cultura. Isso não significa o isolamento do plano cultural do social, mas tão somente, que não cabe justificar o imobilismo pela existência de uma ordem social adversa. O lazer é visto como fruto da sociedade urbano-industrial e, dialeticamente, incide sobre ela, como gerador de novos valores que a contestam (p. 314 – 315).

Isso não significa que o prazer e o componente lúdico da cultura não possam se manifestar em outros tempos fora do lazer. Ao contrário: o lazer é visto como espaço, na sua “especificidade concreta” de construção de outros espaços para expansão do universo da manifestação do lúdico, para além do próprio lazer (MARCELLINO, 1992).

Devemos considerar, portanto, que a “especificidade concreta” do lazer leva em conta:

o seu entendimento amplo em termos de conteúdo, as atitudes que o envolve, os valores que propicia, as considerações dos seus aspectos educativos, as suas possibilidades enquanto instrumento de mobilização e participação cultural e as barreiras socioculturais verificadas para o seu efetivo exercício, tanto intra-classes como inter-classes sociais (Idem, p.315).

Dessa forma,

a ação fundamentada nesse entendimento é geradora de novas competências, estimuladora de participação e do exercício da cidadania. Exige a atuação de um novo especialista, engajado em equipes pluri e multidisciplinares, buscando um trabalho interdisciplinar (p.315).

Essas abordagens são fundamentais quando se estabelecem Políticas Públicas na área, pois, dependendo da concepção “abstrata” ou “concreta”, a filosofia da ação e a própria ação técnica estará comprometida com o entendimento de lazer colocado no capítulo 01: mercadoria ou instrumento de participação popular?

Outro aspecto que é importante destacar é que hoje o lazer ainda é marcado por limitações, apesar do reconhecimento dos avanços verificados quanto ao tempo disponível e ao acesso aos bens culturais, bem como ao seu exercício. Essas limitações referem-se a um conjunto de aspectos, tendo como pano de fundo a questão econômica, formando um “todo inibidor”, em termos de quantidade, e principalmente de qualidade de participação (MARCELLINO, 2000).

A classe, o nível de instrução, a faixa etária, o gênero, inclusive os aspectos de ordem cultural - como os estereótipos, por exemplo - limitam a vivência do lazer, num nível criativo, a uma minoria da população, enquanto a maior parte está limitada pelo conformismo (Idem).

Não podemos deixar de considerar as questões colocadas quanto ao consumo puro e simples de bens culturais. Por outro lado, é importante reconhecer que o valor cultural de uma atividade está ligado, fundamentalmente, ao nível alcançado, seja na prática ou no consumo. Isso

não significa negar a importância ao estímulo para a prática do lazer como criação cultural. Esse aspecto não pode deixar de ser considerado, principalmente se levarmos em conta o caráter de desenvolvimento do lazer. Entretanto, é importante salientar que a simples prática não significa participação, assim como nem todo “consumo” corresponde necessariamente a passividade (MARCELLINO, 2000).

Quando se fala em barreiras para o lazer, uma delas é a de *espaço/equipamento*. Para democratizar o lazer é necessário democratizar o espaço. Ao tempo disponível é preciso que corresponda um espaço disponível. Para a maioria da população, na vida cotidiana, esse espaço é o espaço urbano.

Muito mais importante que o equipamento é o espaço, mas em termos de equipamentos temos uma dupla classificação: os equipamentos não construídos especificamente para essas finalidades e que podem ser adaptados e os que foram feitos com esse fim – equipamentos específicos (MARCELLINO, 2000).

Esses últimos equipamentos podem ser agrupados por critérios de tamanho, conteúdos culturais e funções. Entre os equipamentos específicos, CAMARGO (1979) destaca os *equipamentos médios de polivalência dirigida* - quando se prevê o atendimento a uma grande população, com interesses diversificados, a melhor solução, ainda, é a dos chamados centros culturais, equipamentos que abrangem instalações para os diferentes interesses no lazer (físico-esportivos, manuais, intelectuais, artísticos e sociais). Essa solução é preferível à implantação de equipamentos isolados, na medida em que permite ao

indivíduo despertar para outros interesses que não o seu próprio. Essa modalidade é indicada, sobretudo, para a cidade média ou pólos populacionais de metrópoles, onde os riscos de isolamento sócio-cultural são maiores (CAMARGO, 1979).

Neste caso, o SESI pode ser tomado como exemplo, dadas a amplitude de atuação e a diversidade de equipamentos disponíveis em seus Centros de Atividades.

Deve-se levar em conta que as questões políticas e econômicas que envolvem o espaço acabam fazendo que um equipamento não-específico de lazer – o lar – venha a se tornar (e isso já acontece há algum tempo) o principal espaço de lazer – situação minimizada com o advento do automóvel, que “expulsou” as famílias de suas casas -, e agravada, agora, porque esse mesmo equipamento vem se tornando cada vez mais, por circunstâncias diversas, também local de trabalho, tanto na classe dominante – com o uso de micro e equipamentos eletrônicos sofisticados, que “empurram” as pessoas para dentro – quanto à classe dominada- em razão da necessidade crescente de pequenos negócios de economia informal, em decorrência da crise de desemprego estrutural (MARCELLINO, 2001a).

Por outro lado, conforme lembra o mesmo autor, é preciso levar em conta que, mesmo superados todos os entraves para a participação da população em atividades realizadas nos equipamentos específicos, e particularmente, naqueles dirigidos às áreas de interesses intelectuais e artísticos – caso de bibliotecas, museus, galerias de arte, teatros, etc., freqüentemente, essa participação é dificultada e inibida pelo ar de santuário

de que se revestem as construções e sua sistemática de utilização, talvez, e até principalmente, quando são mantidos pelo poder público (Idem).

Uma das formas de superar a chamada “sacralização” dos equipamentos é a formação das associações, a partir das relações sociais e grupos de interesses que, muitas vezes, nascem das atividades de lazer.

Lembrando a ligação entre os grupos e as Sociedades das quais fazem parte, portanto, a vinculação das causas do grupo com as causas gerais da Sociedade, BARRETO (1987) coloca que uma associação nasce em determinada sociedade, ou comunidade, estreitamente vinculada a ela, pela existência de uma necessidade não satisfeita e que é preciso satisfazer: O associativismo, enquanto mecanismo democrático, conduz o homem à consciência de suas vinculações com a comunidade.

Assim, também o SESI, em parceria com a comunidade, procura suprir as necessidades não satisfeitas, visando à interação e integração na busca de soluções nas áreas da educação, da saúde e do lazer.

Entretanto, o estabelecimento e a sobrevivência do associativismo estão ligados à participação: “O associativismo pressupõe participação” (BARRETO 1987). É através do seu exercício constante que se dá o engajamento, contribuindo para a tomada de decisões, levando à sociabilização e possibilitando a participação ativa. Portanto, para sua sobrevivência e alcance de metas, qualquer associação voluntária deve garantir a participação de cada componente. Ocorre que muitas delas, com o seu desenvolvimento, tornam-se mais amplas e complexas, tendendo a dar maior ênfase à organização do que à participação de seus componentes.

Entre as diferentes associações, BARRETO (1987) distingue “... os clubes esportivos e recreativos, que proporcionam lazer às populações” (p.53). Os clubes são formas de associação voluntária que visam a atingir certos objetivos comuns, de caráter recreativo ou cultural, gozando de autonomia e estabelecendo, mediante eleições, a admissão de seus membros. O termo é empregado para designar organizações onde há um vínculo social, ou um desejo de sociabilidade entre os componentes, com base em acordo formal sobre um objetivo comum. Algumas definições concebem o clube como um local de reuniões, geralmente com edificações.

Para Mello de CARVALHO (s.d.), o clube, particularmente o esportivo, é uma célula social de grande importância à medida que é nele que os aspectos fundamentais da cultura se corporificam e é nele, também, que o “cidadão pode encontrar solução para a necessidade humana de estabelecer relações enriquecedoras com outros indivíduos” (p.32). Isso já se manifesta no próprio ato de se associar organizadamente na estrutura clubística. O autor conclui afirmando que “o clube de raiz popular é, na maioria dos casos, a única fonte possível de progresso cultural para muitos trabalhadores” (p.32).

O exposto anteriormente demonstra a importância da participação popular na formulação das programações de lazer, quando se pretende que elas ultrapassem níveis conformistas, atingindo patamares críticos e criativos. Dessa forma, se quisermos considerar o lazer para além de seu caráter de mercadoria, considerando-o como instrumento privilegiado de participação popular, teremos que examinar a questão da participação.

1.4 - Participação popular

As colocações feitas anteriormente sobre o lazer mercadoria, suas várias classificações, abordagens e limitações e, ainda, o lazer como instrumento privilegiado de participação popular nos colocam a questão da participação.

Para Pedro DEMO (1993), o problema da participação não deve ser considerado de modo apartado da política social. Esse autor vê a participação como um eixo fundamental da política social ao lado dos eixos sócio-econômico e assistencial . Mais, ainda, “participação é conquista”, e não de mão única. Ele coloca que essa conquista é

não somente na ótica da comunidade e dos interessados, mas também do técnico, do professor, do pesquisador, do intelectual. Todas estas figuras pertencem ao lado privilegiado da sociedade, ainda que nem sempre ao mais privilegiado. Tendencialmente buscam manter e aumentar seus privilégios. Se o processo de participação for coerente e consciente, atingirá tais privilégios, pelo menos no sentido de que a distância de tais figuras e os pobres deverá diminuir. Por isso mesmo, a participação tende a ser um discurso teórico, para encanto das platéias e das modas. Para se chegar a prática, supõe-se forte ascese, que é mais fácil pregar aos outros, do que concretizá-la em nós. Isto é uma monumental conquista, nunca acabada, em eterno desafio (p 21).

Da perspectiva da participação, DEMO (1993) destaca cinco canais:

1- Organização da sociedade civil,

a) Importância da organização sindical,

b) Importância da organização partidária,

2- Planejamento participativo,

3- Educação como formação da cidadania,

4- Cultura como processo de identificação comunitária,

5- Processo de conquista de direitos,

A organização da sociedade civil é entendida pelo autor como “a capacidade histórica de a sociedade assumir formas conscientes e políticas de organização” (DEMO, 1993).

Assim, destaca-se o entendimento de que numa sociedade, além de sua organização natural, é necessário assumir uma organização sistematizada, de caráter consciente quanto às questões políticas, entre outras. Sobre o aspecto político ressalta-se a importância de adotar ideologia e práticas específicas para a negociação de conflitos em defesa de interesses de uma comunidade. (p.27)

Apresenta, ainda, a importância das organizações sindicais (p. 34), como forma de organização política do trabalhador e, tendo importante papel na conquista das reivindicações desse grupo em negociações, obtidas por força de representatividade. Quanto à organização partidária (p. 39), destaca-se que a importância está na possibilidade da democratização do acesso ao poder do Estado pela organização estruturada, em que a questão fundamental é a representatividade, considerando a ideologia do grupo.

O planejamento participativo destaca-se como instrumento de participação (p. 42). Para se atingir a participação plena há necessidade de um planejamento participativo, numa forma de intervenção na realidade, sem ignorar uma condição de “baixo para cima”, ou seja, com a participação efetiva da comunidade, abolindo propostas elaboradas em gabinetes dos gestores

governamentais, distantes da realidade vivida. Caso isso ocorra, se estabelece um controle social e não um planejamento participativo. “Afiml quem mais entende de suas necessidades é o próprio necessitado” (DEMO, 1995).

Para o planejamento participativo o autor apresenta três componentes básicos:

a) O processo inicial de formação de consciência crítica e autocrítica na comunidade.

b) Tendo tomado consciência crítica e autocrítica, segue a necessidade de formulação de uma estratégia concreta de enfrentamento dos problemas.

c) Consumando o terceiro ponto, necessidade de se organizar, como estratégia fundamental para os dois passos anteriores, a competência se demonstra sobretudo na capacidade de organização, que é um teste fundamental dos compromissos democráticos do grupo, aliado ao desafio de fazer acontecer (DEMO,1993).

Quanto ao processo educativo, destaca-se sua importância como formação da cidadania e componente da participação. Consiste, ainda, como um instrumentalização básica para o exercício democrático, reconhecendo a educação como direito de todos. Daí sua importância; embora não enriqueça e não capitalize, abre horizontes, vivifica e dá uma perspectiva qualitativa.

No entendimento do autor, a cultura também é uma motivação participativa, visto que estabelece a identificação de uma comunidade. Fora do contexto da cultura não se pode definir o conceito de desenvolvimento, porque

é nela que se desenvolve o relacionamento mútuo com entrelaçamento de uma forma comum de sociedade, onde haverá amparo e convivência.

Em se tratando do processo de conquistas e direitos destaca-se que tendo em vista que o cidadão é sujeito de direitos e deveres numa sociedade democrática, estes direitos e deveres são, por conseguinte, implantação de justiça para todos.

Ao examinar as características da participação, DEMO (1993) a entende como processo, vendo-a assim como MEIO e FIM. Portanto, ela é instrumento de autopromoção e, em si mesma, a própria autopromoção. Para o autor:

se usássemos outra linguagem, diríamos que participação é metodologia, algo comum a todas as políticas sociais redistributivas, porque é o caminho fundamental de todas. Não haveria sentido imaginar uma determinada política social que fosse participativa e outra não, já que, não sendo participativa, também não seria social.

Assim, qualquer instituição lança mão da mesma metodologia, embora buscando objetivos diferentes: uma especializa-se no acesso a casa própria, outra em profissionalização, outra em nutrição, outra em educação, etc., todas, porém, sobre bases comunitárias.

Quando acentuamos de preferência o sentido metodológico da participação, queremos sobretudo evitar a exacerbação da participação pela participação. Miséria participativa não interessa a ninguém, embora participação seja também objetivo em si. Como a democracia, que é meio e fim (p.66 e 67).

Prosseguindo na sua análise, DEMO (1993) destaca sete objetivos da participação:

1 – Autopromoção: entendida como a característica de política social em que os interessados passam a autogerir ou pelo menos co-gerir a satisfação de suas necessidades, superando, assim, políticas assistencialistas.

2 – Realização da cidadania: pressupõe o estado de direito em que há igualdade para todos perante a lei e o reconhecimento da pessoa humana com direitos e deveres.

3 – Implementação de regras democráticas do jogo: há necessidade de deixar claras as regras do jogo democrático para a população, nas quais a participação e a mobilização são importantes no processo de eleição e de deseioção, estabelecendo rodízio no poder, exigindo a prestação de contas, a desburocratizando, e forçando os mandantes a servirem a comunidade.

4 – Controle do poder: refere-se ao fenômeno básico da democracia. Um controle feito pela base e não somente o controle através de leis e decretos.

5 – Controle da burocracia: faz-se necessário, visto que a burocracia emperra e aliena serviços destinados à comunidade; serviços esses, muitas vezes, com pouca eficiência e produtividade.

6 – Negociação: entendida como o tratamento de divergências negociadas, sob o pressuposto das oportunidades equalizadas, na qual se tem consciência de que estas divergências sempre existirão, mas que elas se acomodem em patamares que permitam a convivência.

7 – Cultura democrática: significa democracia como cultura de um povo, como marca característica de sua organização e sobrevivência.

Todos os pontos colocados anteriormente sobre os elementos balizadores dos conceitos de lazer, cultura e participação, nos apontam para a necessidade de fixação de políticas públicas para a área, no sentido de sua

gestão democrática. Nesse particular, e chamando atenção para a gestão democrática de esportes e de lazer, PINTO (2003) coloca que,

a maior inovação é a participação fundada na cultura do diálogo, que requer compartilhar de idéias e objetivos, respeito ao outro e às identidades das comunidades. Diálogos que revitalizam formas de organização do agir e a circulação de informações que explicitam interesses e criatividade; que articulam socialização e individualização, contribuindo tanto para a autonomia dos sujeitos nas vivências de esportes e no lazer, quanto para a formação de lideranças capazes de orientar tomadas de decisões coletivas de como atuar sobre os conflitos e limites dessas experiências (p. 257).

A partir disso, a autora nos alerta para a educação conscientizadora, como inovação na área para políticas participativas de esporte e lazer, considerando a sua formulação, implementação e avaliação, a partir da gestão enfatizadora das inovações, seja em relação aos processos de decisões, ou implementação de ações.

Vimos, assim, como a participação popular é fundamental no processo de conquista dos direitos de cidadania, mas que esse processo envolve uma série de canais necessários a serem trilhados, como meio e fim de autopromoção, colocando-se, desse modo, a participação, como “metodologia”. De nosso ponto de vista, necessário também quando se fala da gestão democrática do lazer, principalmente quando ele é abordado da perspectiva “concreta” e na busca de superação do “conformismo” para a participação.

II Lazer: discussão em torno da fixação de Políticas Públicas

Neste capítulo, discutimos sobre Políticas Públicas Setoriais do Lazer. Iniciamos com a reflexão sobre os termos Política Pública, Social e Governamental, que analisa o caso de uma Política Pública não governamental.

Destaca-se o papel do Terceiro Setor na Política Pública na área e as diferenças de programas de difusão e participação cultural, colocando a ação comunitária como uma das alternativas de estratégia privilegiada para a ação que supere estágios de difusão, atingindo também os de criação e participação cultural.

Discutem-se, ainda, as questões referentes à formulação de Políticas Públicas Setoriais na área, embora reconhecendo que a visão “concreta” do lazer não deva perder de vista a sua inserção na realidade sociocultural mais ampla.

2.1 - Política Pública, Social e Governamental de Lazer.

As barreiras inter e intra classes sociais e as condições estruturais criam um cenário em que são necessárias Políticas Públicas setoriais também na área do lazer.

Quando se fala de Políticas Públicas, logo se pensa em Políticas Sociais. Segundo DEMO (1993), a “Política Social significa o esforço planejado de reduzir as desigualdades sociais, quando entendida como proposta do

Estado. Olhada do ponto de vista dos interessados é a conquista da autopromoção.”

Para esse autor, se fôssemos simplificar a Política Social, poderíamos falar em três fases fundamentais: sócio-econômica, assistencial e política, que se configurariam no seus três eixos. “A face sócio-econômica centra-se no binômio “ocupação/renda”.

A política social tem como fundamental o eixo assistencial, concebido como direito de cidadania para grupos sem auto-sustentação, como crianças, idosos, inválidos, deficientes, mendigos, flagelados, etc. No caso, toda a sociedade reconhece o dever de assisti-los, embora a delimitação desses grupos cause polêmicas. Já no eixo político, é importante deixar claro que o eixo sócio-econômico não perdeu seu destaque; mantém a preocupação de inserção satisfatória no mercado do trabalho e na produção econômica (DEMO, 1993).

Por sua vez, Barbara FREITAG (1989) define Política Social como “uma certa forma de intervenção do Estado em áreas específicas da sociedade civil que atingem, mesmo que diferentemente, *todas as classes*”. Ainda, o Estado moderno passou a organizar áreas de vida social que não estavam sujeitas ao controle estatal, como o trabalho, a saúde, a educação, que, em outros momentos históricos e contextos sociais, pertenciam à esfera privada da vida social. Para ela, “Essa função passou a ser atribuída ao Estado no momento em que a consolidação do modo de produção capitalista estava ameaçada pela deterioração da força de trabalho resultante de sua exploração desenfreada na fase do capitalismo selvagem” (p.16).

Baseada em Offe e Habermas, FREITAG (1989), resume os pontos centrais da política social no Brasil, observando que ela precisa ser vista como um instrumento do Estado para manter as bases do sistema de acumulação em termos políticos e econômicos. Destaca, ainda, que é uma política voltada para a força de trabalho, mobilizando-a, tornando-a disciplinada e adequada para o mercado de trabalho. Outra observação é que a política social, por diferentes formas e objetivos variados, atinge tanto os trabalhadores no mercado de trabalho (programas de habitação, transporte, saúde, estabilidade de emprego, salário mínimo) quanto os trabalhadores não absorvidos pelo processo produtivo contribuindo para atenuar os conflitos e contradições e estando, assim, a serviço da estabilização do sistema social como um todo.

Ao mesmo tempo, porém, políticas sociais se desdobram em movimento dialéticos com efeitos não programáveis, que muitas vezes produzem o reverso do originalmente intencionado. Somente admitindo essa dialética intrínseca ao Estado e às suas políticas sociais é que podem ser elucidados fatos e processos que de outra forma permaneceriam intransparentes ou seriam mal compreendidos. O desenvolvimento não-linear, com avanços e retrocessos, desvios e contradições, é comumente a trajetória percorrida por uma política social.” (FREITAG, 1989, p. 31)

Os pontos destacados por FREITAG (1989) são muito importantes para se verificar a abrangência da política social para muito além do assistencialismo, atingindo patamares econômicos e políticos e, ainda, seu caráter social amplo, suas formas e objetivos variados, inclusive os de estabilização do Sistema Social como um todo e seus movimentos dialéticos. Entretanto, apesar das suas colocações abrangentes, a autora reconhece que:

“A discussão travada no Brasil, nos últimos vinte anos, em órgãos públicos, universidades e comunidades de base, em torno de política social, dificilmente é

dissociada de uma visão assistencialista e paternalista. Nestas discussões, a política social é, em geral, identificada como uma ação do governo dirigida para as chamadas “populações carentes” ou de “baixa renda”. Essa interpretação tem levado a equívocos teóricos e políticos que muitas vezes prejudicam justamente aquelas populações em nome das quais se pretende acionar a atenção do governo com a finalidade de sanar desigualdades e injustiças.”(FREITAG, 1989, p. 15)

Nesse sentido, é importante não apenas caracterizar o significado de Política Social como também não confundir os termos Política Pública com Política Governamental. Se considerarmos que a esfera pública inclui amplos setores de ação da Sociedade Civil, devemos concluir que as políticas governamentais fazem parte das políticas públicas, mas de forma alguma as esgotam.

Como, tradicionalmente, os autores estudados vinculam política social à política de Estado (e, portanto, à política de governo), para efeito deste trabalho, entenderemos política pública de uma perspectiva mais abrangente, incluindo as políticas sociais, porém, sem ficarmos restritos a elas.

Segundo BOBBIO (1986):

Em seu sentido mais abrangente, a expressão Administração Pública designa o conjunto das atividades diretamente destinadas à execução concreta das tarefas ou incumbências consideradas de interesse público ou comum, numa coletividade ou organização estatal (p.10).

De acordo com o mesmo autor, “Administração Pública é identificada, essencialmente, como uma função ou como uma atividade-fim (condicionada a um objetivo), e com organização, isto é, como uma atividade voltada para

assegurar a distribuição e coordenação do trabalho dentro de um escopo coletivo”.

Para FREITAG (1989), a problemática da política pública em países da periferia do capitalismo deve ser vista:

...em seu movimento pendular entre a intenção original e básica de disciplinar as mentes, treinar a força de trabalho e reproduzir as estruturas sociais de um lado, e a sua capacidade de dinamizar os potenciais emancipatórios implícitos na realidade social, de outro” (p.33).

Na sua análise da problemática educacional brasileira, a educadora pensa o estudo a partir do movimento pendular, admitindo que:

no interior das estruturas burocráticas estatais, bem como no interior da sociedade hierárquica, se desdobram movimentos dialéticos que escapam ao controle do Estado responsável pelas políticas sociais, e, sabendo-se que estas, entre si, podem entrar em choque e contradição, estamos preparados para refletir a política educacional como política social específica”.

Isso pode ocorrer em qualquer política pública setorial desenvolvida em qualquer organização.

Como já vimos, o lazer não é um oásis a que todos tenham acesso. Existem as barreiras intra e inter-classes que impedem o acesso qualitativo e quantitativo ao lazer crítico e criativo, formando o que se denomina “todo inibidor” para a sua prática. Mesmo assim, alguns setores pregam a não interferência do Estado na formulação de políticas sociais na área, argumentando que isso feriria o princípio de livre escolha. Entretanto, deve-se ponderar que deixar no âmbito somente as manifestações espontâneas corresponderia deixar uma grande parcela da população alijada da participação

com relação ao lazer, não colocando em prática o seu querer, a não ser se tivesse como pagar por isso, no cada vez mais sofisticado mercado do entretenimento (MARCELLINO, 2001b).

De outro lado, coloca-se os que defendem a interferência do Estado em Políticas Sociais dentro de uma hierarquia de necessidades ou de necessidades verbalizadas pelas camadas mais pobres da população. Para essas pessoas, devemos argumentar que as cidades devem ser administradas para todos e que a “ressonância social” do lazer, ainda hoje, é baixa e diferente dos chamados “temas sérios”.

Quando se pergunta às pessoas a importância do lazer nas suas vidas, a resposta fica entre sétimo e décimo lugar numa escala de prioridades. Isso se deve à pouca “ressonância social do lazer”, ainda não visto como direito social e também pertencente à hierarquia de necessidades. Mas, quando se convive diretamente com as pessoas, pode-se notar, claramente, a importância do lazer como busca de significado para as suas vidas. Além disso, muitas pessoas fazem lazer sem saber que estão fazendo, porque, via de regra, o que é chamado de lazer é o que é veiculado pela mídia como sendo lazer.

Muito se fala da péssima qualidade de vida que há nas grandes metrópoles. A mudança na percepção da importância do lazer na vida das pessoas poderia, sem dúvida, trazer mudanças nesse aspecto. Seria uma mudança de valores. Mas ela não ocorre por si. É preciso que se tenha condições objetivas para efetivá-las (MARCELLINO, 2001a).

Além disso, nunca é demais lembrar que o lazer é um dos Direitos Sociais de todo cidadão brasileiro. Na Constituição do Brasil (1988), o lazer

consta do Título II, Capítulo II, Artigo 6º, como um dos direitos sociais: o termo aparece em outras ocasiões, mas só é tratado, quanto à formulação de ações, no Título VIII, Capítulo III, Do Desporto, no Artigo 217, no 3º e último parágrafo do item IV – “O Poder Público incentivará o lazer, como *forma de promoção social*”.

Verifica-se, assim, que mesmo vinculado a um único interesse cultural, o esporte é ainda visto como “forma de promoção social”, e o lazer é assegurado constitucionalmente.

De modo geral, o lazer vem ganhando importância nas últimas décadas, seja como problema social ou como objeto de reivindicação ligado a qualidade de vida nas cidades. Infelizmente, sua importância não vem sendo acompanhada pela ação do poder público com estabelecimento de políticas setoriais, na área, devidamente articuladas com outras esferas de atuação e vinculadas com as iniciativas espontâneas da população, inclusive com parcerias junto à iniciativa privada.

Muito pouco tem sido feito no setor, o que, em alguns casos, não significa ausência de recursos, porém, má utilização, devido à ausência de parâmetros norteadores da ação. O que se verifica, na maioria das vezes, é uma mistura do preconceito, ainda existente em algumas áreas, com a incompetência, muitas vezes mascaradora de discursos ditos “transformadores” (MARCELLINO, 2001b).

2.2 – Políticas Públicas Setoriais de Lazer

Tudo o que vimos aponta para a necessidade de o poder público estabelecer políticas setoriais de lazer, a partir de ampla discussão com setores representativos da população, convivendo e valorizando com iniciativas espontâneas e com a iniciativa privada.

Em termos de conteúdos culturais e, ainda, da ação de difusão e participação nesses conteúdos, o entendimento de lazer amplo requer a necessidade de interdisciplinaridade (ou pelo menos a pluridisciplinaridade). Ou seja, a busca da interdisciplinaridade nas equipes que desenvolvem as ações no setor, devido às suas interfaces com o esporte, o turismo e as manifestações artísticas.

Ao falar do trabalho das equipes multiprofissionais, MARCELLINO (2001b), baseado em DUMAZEDIER, chama a atenção para o funcionamento de uma estrutura de animação de forma piramidal, tendo em seu vértice animadores de competência geral, profissionais que dominam a área, seguido de animadores profissionais de competência específica, com conhecimento de pelo menos um dos seis conteúdos culturais do lazer e, na base da pirâmide, animadores voluntários, preparados e capacitados. Quando se destaca animadores voluntários, em momento algum se propõe substituir profissionais por mão de obra gratuita. Trata-se de viabilizar o trabalho voluntário, como participação efetiva da população, buscando atender às aspirações da comunidade.

MARCELLINO (2001b), quando aborda Políticas Públicas setoriais da área, não apresenta o lazer num órgão específico, mas fala da necessidade de

um “Programa de Governo”, buscando um trabalho integrado a partir da consideração de, pelo menos, quatro eixos: conteúdos culturais; valores associados ao lazer; barreiras para a sua prática; circunstâncias que o cercam, observando que o mesmo deverá ser pautado, num primeiro momento, pela ação numa dupla frente: ampliar a visão restrita do lazer e buscar superar o conformismo.

Esse mesmo Programa deverá ser assentado em cinco pilares básicos:

- respeito e incentivo às manifestações espontâneas da população,
- trabalho conjunto com grupos organizados (parcerias),
- trabalho conjunto com a iniciativa privada,
- trabalho na perspectiva de regiões metropolitanas-consórcios,
- trabalho com o Estado.

É fundamental que, mesmo ao se considerar estar falando de políticas setoriais, levemos em conta a necessidade de “procurar o entendimento da totalidade das relações sociais” nas quais o lazer é inserido (MARCELLINO, 1996).

Para os objetivos de nosso trabalho, é importante lembrarmos, conforme já destacado anteriormente, que o lazer deve ser visto na sua “especificidade concreta”. Portanto, não pode ser inspirado no modelo da Antigüidade, como finalidade da existência de poucos privilegiados, apoiados na exploração da maioria. Ao contrário, é fruto da sociedade urbano-industrial e, dialeticamente, incide sobre ela como gerador de novos valores que a contestam (MARCELLINO, 1990).

É uma questão de cidadania, de participação cultural. Entendo por participação cultural a atividade não conformista, mas crítica e criativa, de sujeitos historicamente situados. Entendo, ainda, a participação cultural como uma das bases para a renovação democrática humanista da cultura e da sociedade, tendo em vista, não só a instauração de uma nova ordem social, mas de uma nova cultura. Isso não significa o isolamento do plano cultural, do social e do econômico, mas tão-somente, que não cabe justificar o imobilismo pela existência de uma ordem social adversa (MARCELLINO, 1996, p. 26 e 27).

O conceito de cidadania deve levar em consideração o contexto social, para que adquira características próprias, diferenciadas conforme o tempo, o lugar e as condições sócio-econômicas. Duas são as visões de cidadania: em um contexto de países desenvolvidos, ela é vista com primazia de direitos políticos; já no contexto terceiro-mundista, as questões de autonomia e democracia são imprescindíveis (SOARES, 1993).

Assim, cidadania está ligada à autonomia de uma sociedade, partindo do pressuposto de que ela tenha condições de traçar suas políticas. Caso contrário, esta sociedade estará sob comando de uma minoria dominante, que utiliza muitas vezes a indústria cultural, impondo padrões de consumo, valores e ideologias. Cidadania é sinônimo de democracia e, portanto, não pode ser privilégio de alguns exercê-la com a condição de exclusão de outros.

Cidadania não é apenas crescimento, mas também desenvolvimento na dimensão social. Dessa forma, é um conceito de totalidade, uma mudança no modo de vida. Destaca-se, ainda, que cidadania é uma sociedade autônoma, podendo escolher políticas adequadas ao meio econômico, político e social existente (SOARES, 1993).

Para o estabelecimento de Políticas Públicas Setoriais de lazer, voltadas para a conquista da cidadania, é fundamental que se considere uma série de aspectos, próprios da área:

1) Considerar o entendimento amplo, em termos de conteúdo do lazer, significa levar em conta a abrangência dos diferentes interesses (analisados por DUMAZEDIER, 1980a), todos inter-relacionados, o que requer observar as interfaces com os demais departamentos da própria Secretaria ou órgão onde esteja centralizada a ação relativa à política de lazer (MARCELLINO, 1996), e, diríamos nós, no âmbito de qualquer instituição, considerar a inter-relação entre os vários departamentos e setores que o integram.

2) Considerar o seu duplo aspecto educativo - objeto e instrumento de educação (MARCELLINO, 1987); significa entender o lazer para além do descanso e divertimento, nas suas possibilidades de desenvolvimento pessoal e social. Isso requer observar a interface com as políticas públicas de Educação, Saúde, Promoção Social (MARCELLINO, 1996). Diríamos, nós, no âmbito de qualquer outra instituição, considerar a interface com outras políticas setoriais integrantes de suas políticas sociais.

3) Considerar as possibilidades do lazer como instrumento de mobilização e participação cultural, o que requer: 1. De um lado, integrar esforços de grupos populares da cidade, atuando a partir de suas manifestações culturais, revelando os níveis de participação e procurando, através de política de animação sociocultural, superar esses níveis, de conformistas para críticos e criativos, sem descaracterizar a participação; 2. De

outro lado, a atuação conjunta, com grupos e organizações ligados ao setor cultural. E diríamos, nós, isso se manifesta não somente em Políticas Sociais, mas em qualquer esfera da Política Pública, quer seja ela governamental ou não.

4) Considerar as barreiras socioculturais verificadas. Como sabemos, tendo como pano de fundo a questão econômica, existe uma série de barreiras de sexo, de faixa etária, espacial, de estereótipos, que limitam o lazer qualitativa e quantitativamente (MARCELLINO, 2001c), requerendo que se enfatize a atuação, objetivando minimizar os efeitos, priorizando ações facilitadoras do acesso às camadas da população que, normalmente, não são atendidas (MARCELLINO, 1996). E diríamos, nós, que a superação das barreiras deve ser objetivo de qualquer Política Pública compromissada com a democratização cultural.

5) Considerar os limites da Administração Pública, significa levar em conta que as questões do lazer só podem ser entendidas na totalidade da ação humana, abrangendo questões que transcendem os executivos governamentais, tais como: jornada de trabalho, ocupação do solo urbano (por exemplo), o que requer incentivar e participar das discussões e ações que envolvam a questão de modo amplo, junto aos órgãos de classe e outros setores constituídos da sociedade civil (MARCELLINO, 1996). E diríamos, nós: qualquer que seja o órgão atuante em Políticas Públicas Setoriais de Lazer não pode deixar de levar em conta sua responsabilidade de atuação nos aspectos tempo/espaço, fundamentais para a vivência do lazer,

Assim, se consideramos o lazer de uma perspectiva ampla, como cultura vivenciada no tempo disponível com determinadas características (MARCELLINO, 1987), as diretrizes gerais de uma política de lazer não podem se restringir apenas a uma política de atividades, mas contemplar também questões relativas à formação e reciclagem de quadros para atuação, aos espaços e equipamentos, e critérios de ordenação do tempo (MARCELLINO, 1996).

Dessa forma, se por um lado é preciso considerar que a questão do lazer não pode ser enfrentada de modo isolado da questão sociocultural na sua totalidade, é preciso também considerar as possibilidades de ações específicas, na área, que considerem o lazer na totalidade das relações sociais e nos limites e possibilidades de políticas públicas setoriais (MARCELLINO, 1996).

Segundo Patrícia ZINGONI (2003), as discussões realizadas na área carecem de desvendar contribuições operacionais para desvencilhar-se da gestão burocrática nas Políticas de Esportes e Lazer. É essencial a participação da sociedade civil, das redes de serviço e da administração pública. Para esse desafio, ela propõe a fundamentação teórica em bases técnicas, filiadas ao debate crítico, ao neoliberalismo estruturado na descentralização dos órgãos, na criação de unidades intersetoriais, e no foco de atenção na família e comunidade.

Examinando o mesmo assunto, da ótica da inovação e avaliação, colocando assim os desafios postos para as Políticas Públicas de Esporte e Lazer, PINTO (2003) argumenta que “a promoção social de atividades de

esporte e lazer muda de significado com a participação de diferentes atores promotores e beneficiários de suas ações”(p.256).

Mas pondera que nossa sociedade ainda é muito conformista e não está educada para ações coletivas na área. Segundo a autora:

Boa parte da população está acostumada a receber tudo pronto, esperando que o governo faça as coisas por ela. Em consequência, em muitos casos, o público alvo não se sente dono ou gestor do projeto a “ele dirigido”. De outro modo, também não há a participação dos servidores públicos nos processos decisórios desse processo.(p.256).

Ainda no campo de Políticas Públicas ZINGONI (2003), ressalta que, em geral, há um sentido reducionista do lazer em que prevalece o divertimento e descanso sobre as possibilidades de desenvolvimento pessoal e social. Existe, ainda, a tendência de tomar o lazer como condição para solução de problemas sociais, de tal forma que a carência de lazer passa a ser considerada, em muitos discursos políticos, a principal razão da marginalidade e do uso de drogas.

Por outro lado, a autora coloca como fator positivo a atuação do Terceiro Setor no desenvolvimento de políticas na área, como um “novo espaço e canal de interlocução entre o governo e a sociedade civil”. Nesse sentido surge uma esfera pública não estatal e de iniciativas privadas com sentido público. Isso enriquece e ocorre uma complexidade da dinâmica social.

O Terceiro Setor, por sua vez, é um campo marcado por uma irreduzível diversidade de atores e de formas de organização. Inclui o amplo espectro das instituições filantrópicas dedicadas à prestação de serviços nas áreas da saúde, educação e bem-estar social. Compreende, também, as organizações voltadas para a defesa dos direitos de grupos específicos da população, como mulheres, negros e povos indígenas, ou de proteção ao meio ambiente, promoção do esporte, da cultura e do

Lazer. Engloba as múltiplas experiências de trabalho voluntário pelas quais cidadãos exprimem sua solidariedade através da doação de tempo, trabalho e talento para causas sociais (ZINGONI, 2003, p.225).

O embrião do Terceiro Setor surgiu com o fortalecimento da sociedade dos anos 70 em oposição ao governo autoritário. Posteriormente, com a redemocratização, ele assume um relacionamento mais complexo com o Estado, reivindicação e conflito passam a coexistir, surgindo daí o diálogo e a colaboração. Mais, recentemente, um novo padrão de relacionamento estabeleceu-se sob a égide da palavra “parceria”.

O próprio conceito de Terceiro Setor tem-se ampliado com os serviços de filantropia empresarial das associações beneficentes e recreativas, traduzindo-se em novas formas de articulação entre o terceiro setor, governo, organizações-não-governamentais e empresas, aprendendo a pensar e agir juntos, identificando o que cada um faz melhor e unindo esforços em favor do interesse comum.

Essa co-responsabilidade não significa, porém, eximir o Estado de suas responsabilidades, mas reconhecer que a parceira é que permite ampliar a movimentação de recursos para o interesse público. Assim, não deve a sociedade esperar tudo do Estado, nem o Estado se eximir de suas responsabilidades, antes, devem atuar juntos numa atitude democrática.

A questão do Terceiro Setor traz consigo a implicação de Responsabilidade Social, entendida como uma forma de conduzir as negociações da empresa de maneira a torná-la parceira e co-responsável, com a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes e torná-los parte do

planejamento de suas atividades. Assim, busca atender acionistas, funcionários, fornecedores, comunidade e governo (ETHOS, 2004).

Muito antes de surgir a denominação Responsabilidade Social, com os mesmos objetivos, os empresários do setor industrial criaram o SESI, visando ao desenvolvimento de ações que contribuíssem para a melhoria da qualidade de vida de seus trabalhadores e suas famílias, co-responsabilizando-se pelo interesse comum e pelo desenvolvimento pessoal e social. Dessa forma, o SESI representa uma das ações do setor industrial voltadas para a questão da responsabilidade social das empresas.

Em sua ação de responsabilidade social, o SESI tem o lazer entre suas áreas prioritárias, justificando a sua importância na melhoria da qualidade de vida do trabalhador e de seus dependentes.

Levando em conta que o lazer não precisa de justificativa, apenas o descanso e o divertimento são mais que suficientes para o seu efetivo exercício. Além disso, o prazer pela vivência dos conteúdos culturais ou pela contemplação do ócio é um direito do ser humano. Mas, não podemos deixar de considerar as suas potencialidades para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, ainda que, para alguns autores, seja através do jogo, do brinquedo, do lúdico, que se dão as bases da cultura e da criação humana (HUIZINGA, 1971, WINICOTT, 1975).

Assim, como já vimos, a partir de seu duplo aspecto educativo, o Lazer pode funcionar também como direito do cidadão.

O lazer, enquanto direito do cidadão – direito este, de intervir na definição de diretrizes que garantam tanto o acesso à participação, quanto à criação cultural colabora para a

humanização dos homens e das cidades, mediante a apropriação, a consolidação e a inauguração de novos direitos que perfazem a condição da cidadania” (CAVALLEIRO e SALGADO, 1996, p. 108).

Esse deve ser um dos escopos orientadores de políticas públicas na área. Dessa forma, deve ser também a construção de projetos norteada por valores de democratização cultural, que buscam, além de diversificar os conteúdos do lazer, minimizar as barreiras sociais; otimizar o uso dos equipamentos específicos e não-específicos (devidamente adaptados); elevar os níveis de desenvolvimento, tanto nos gêneros da prática, como no da fruição e no do conhecimento. Tendo em vista que o fenômeno lazer pode “contribuir para o desenvolvimento de atitudes críticas e criativas com relação às esferas pessoal e social dos indivíduos, ou simplesmente, acentuar o conformismo, levando a processos de acomodação” (MARCELLINO , 1987).

Como nos lembra CAVALLEIRO e SALGADO (1996), a participação popular deve dar ao indivíduo o direito de tomar decisões políticas, de definir diretrizes e torná-las práticas sociais efetivas, e não apenas ser considerada uma reunião de pessoas ou um trabalho coletivo popular.

Mas qual o significado de se trabalhar em estágios de difusão, participação e criação cultural? Ou, dito de uma outra forma, como isso se caracteriza na implementação de projetos e programas? No primeiro caso, situam-se as atividades realizadas sem a participação da população, como os denominados “pacotes” de lazer. Para CAVALLEIRO e SALGADO (1996), aqui, muitas vezes, “trabalha-se o “fazer pelo fazer” (completamente desconectado do contexto social) ou consagra-se aquilo que já está consagrado,

alimentando-se os valores da sociedade dominante”. Mesmo assim, há muito sentido em se trabalhar dessa perspectiva da difusão cultural, desde que se tenham claros os valores e objetivos a serem alcançados.

Porém, além do caráter eventual dessas ações, há que se considerar também as características do “produto” cultural que não permite a convivência do “processo”, fundamental como visto no conceito que estudamos anteriormente, e onde somente cabe “ao destinatário do objeto tão-somente assimilação desse dado acabado sobre o qual não deverá agir” (PERROTTI, 1992), o que acaba deixando lacunas em termos de criação e participação cultural.

Outra possibilidade para a implementação de projetos e programas, está vinculada com a participação efetiva da comunidade. Assim, para a superação do estágio de difusão cultural, é necessário lançar mão de outros projetos com estratégias operacionais diferenciadas, para que se alcance a visão de cultura, também enquanto processo e participação cultural.

Segundo MARCELLINO (1996), a ação comunitária pode ser uma alternativa nas políticas de ação social e, de forma privilegiada, no campo do Lazer, devendo ser esta política revestida de características próprias quando a organização que a formula não quiser ver sua ação confundida com a indústria cultural.

Para o autor, essa alternativa, em qualquer área do social onde seja desenvolvida, leva em conta a necessidade do conhecimento da situação, ou seja, da realidade, de interesses e aspirações de determinada clientela; sua participação efetiva no planejamento, organização e avaliação das ações e a

integração com órgãos e instituições locais, quer em busca de apoio político, ou de recursos para manutenção e/ou ampliação da ação.

Renato REQUIXA (1973) entende ação comunitária, operacionalmente, como:

um trabalho sócio-educativo que consiste numa intervenção deliberada em determinada comunidade, através de atividades programadas em conjunto com pessoas e instituições locais, objetivando despertar e ampliar sua consciência para os problemas da comunidade, sensibilizá-las para a mobilização e coordenação de lideranças e predispô-las para a ação que vise o encaminhamento de soluções daqueles problemas, ou a tentativa de realização de aspirações relacionadas com a comunidade como um todo (p. 05).

É imprescindível, porém, que a ação comunitária tenha como pontos-chave a confiança, a clareza de objetivos e a disponibilidade de fazer. Entendida como uma estratégia de trabalho social, ela é dividida em fases inter-relacionadas, não se tratando, porém, de divisão estanque ou rígida, sendo o conjunto de ações voltadas para o interesse comum de uma comunidade. MARCELLINO (1996) distingue um *plano geral de ação* composto por três fases, consideradas em separado apenas para efeito de análise:

1) Primeira Fase: é a da *deflagração* propriamente dita, caracterizando-se pela ação sensibilizadora, pelo levantamento de necessidades e pelas possibilidades de intervenção, definição de objetivos condutores da ação, seleção de instrumentos de intervenção e realização de *atividades-impacto*.

Essa fase caracteriza-se pelo levantamento de necessidades e possibilidades de intervenção. É, ainda, a fase em que será realizada uma atividade de impacto servindo como referencial para possíveis caminhos a

seguir. Outro importante aspecto nessa fase é a intensidade dos técnicos e o contato com os membros da comunidade, quando uma “ação esclarecedora” deverá apresentar o projeto, seus objetivos e sua estrutura. Eis porque é preciso garantir a presença de pessoas detentoras de representatividade dentro da comunidade.

Um outro momento é destacado pela capacitação, pela análise da situação e definição de objetivos para a ação. Ao final dessa capacitação espera-se que exista na comunidade um grupo de pessoas aptas para o desenvolvimento do projeto, tornando-as multiplicadoras da idéia.

Realiza-se, então, a atividade de impacto, que é uma grande atividade de lazer, pré definida pelo grupo, com estrutura de forma geral muito parecida com as festas tradicionais. O sucesso dessa atividade será impulsionador para o projeto. Seguindo-se essa atividade, inicia-se o último período da deflagração que são as atividades de avaliação, cujos resultados constituem-se na segunda fase da ação comunitária.

2) Segunda Fase: também denominada de período de carência, é marcada pela *avaliação dos resultados* da ação. Podem ser considerados dois grupos de resultados:

- *respostas*, que estão intrinsecamente ligados aos objetivos da ação, geralmente necessitando de acompanhamento técnico para a continuidade do processo;

- *reflexos*, que independem de acompanhamento, uma vez que são assumidos por grupos ou pessoas, ou podem não estar previstos no planejamento da ação.

3) Terceira Fase: caracteriza-se pela continuidade da ação, com a retomada dos resultados dependentes, também chamado de período de *sedimentação*, onde é exigido acompanhamento direto, necessário à consolidação do processo, tendo em vista o estágio de *autonomia*, onde o acompanhamento será levado a título de *reciclagem*.

Observa-se, portanto, que o acompanhamento técnico está presente em todas as fases do processo, variando em intensidade. (MARCELLINO, 1996).

Destacado o pano de fundo conceitual, em termos do entendimento e da concepção de lazer, da noção de Política Pública e de Política Setorial na área, que orienta esta dissertação é chegado o momento de nos determos mais na análise da Política da Organização, objeto do nosso estudo, o que faremos no próximo capítulo.

III – O SESI e sua Política de Lazer

O terceiro capítulo é fruto de análise documental, tendo por base os documentos do Serviço Social da Indústria – SESI (Decretos-Lei nº 9.403 e nº 57.375, Diagnóstico do Campo do Lazer e Políticas e Diretrizes de Ação do SESI no Campo do Lazer).

É composto por três partes interligadas e complementares: a primeira é realizada uma apresentação da Instituição estudada, SESI. Na segunda, é apresentado o documento “Diagnóstico do Campo do Lazer” que gerou a Política Setorial da área e todo o contexto em que ela está inserida. Na terceira, realiza-se a análise do documento “Políticas e Diretrizes de Ação do SESI, no Campo do Lazer”, orientadora da ação nacional da Instituição, na área.

3.1 – Caracterizando o SESI

A criação do Serviço Social da Indústria – SESI - deu-se em 25 de julho de 1946, através do Decreto-Lei nº 9.403 e tem suas origens na avaliação do processo urbano industrial instaurado no Brasil, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial. Neste contexto, o empresariado industrial propõe a criação do SESI, fundado sob a égide da visão liberal-humanista na perspectiva da paz social, da produtividade industrial e do reconhecimento, pelos líderes industriais de então, da responsabilidade social da empresa (SESI, 1990a).

Portanto, é uma entidade de direito privado com sede e fôro jurídico na Capital da República, cabendo à Confederação Nacional da Indústria, inscrever-lhes atos constitutivos e suas eventuais alterações no registro público (BRASIL, 1965).

No Plano Estratégico da Instituição, para o período 2000 a 2004, expressa como missão do SESI:

Contribuir para o fortalecimento da indústria e o exercício de sua responsabilidade social, prestando serviços integrados de educação, saúde e Lazer, com vistas à melhoria da qualidade de vida para o trabalho e ao desenvolvimento sustentável (SESI, 2000).

É organizado de forma administrativa descentralizada, mas coeso no tocante às finalidades, metodologia, políticas e diretrizes, flexível, porém, para se adaptar às peculiaridades regionais.

Sua organização se efetiva conforme a seguinte estrutura:

- 1 – Conselho Nacional: órgão normativo nacional;
- 2 – Departamento Nacional do SESI: órgão executivo nacional;
- 3 – Conselhos Regionais: órgãos normativos regionais;
- 4 – Departamentos Regionais: órgãos executivos regionais.

Observa-se que o Conselho Nacional tem por finalidade exercer planejamento, fixação de diretrizes, coordenação e controle das atividades do SESI, além da função de inspecionar, fiscalizar e intervir em caráter de correção em qualquer setor institucional da entidade, sendo composto por representante nomeado pelo Presidente da República; um representante da

Confederação Nacional da Indústria; por representantes dos Conselhos Regionais; de um delegado das categorias econômicas designados pelas respectivas associações sindicais de maior hierarquia, base territorial e antigüidade; um representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social, designado pelo titular da pasta e, ainda, por um representante das autarquias arrecadadoras, designado pelo Conselho Superior da Previdência Social (BRASIL, 1965). Destaca-se que a formação do Conselho preconiza a participação de representantes do governo, industriais, trabalhadores.

Entende-se por Departamento Nacional a representatividade do Sistema SESI no papel de promover e coordenar ações, visando ao cumprimento dos objetivos institucionais e atendimento das necessidades do Departamentos Regionais.

Por sua vez, estes, têm a função de prestação de serviços sociais, de saúde, de educação, de Lazer, de alimentação e promoção da cidadania. Por intermédio dos Departamentos Regionais, o SESI está presente em todos os Estados da Federação e no Distrito Federal, cada qual com sua respectiva base territorial e com autonomia técnica, financeira e administrativa.

De acordo com seu Regulamento, o SESI tem por escopo estudar, planejar e executar medidas que contribuam, diretamente, para o bem-estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão de vida no país, bem como para o aperfeiçoamento moral e cívico, visando ao desenvolvimento do espírito de solidariedade entre as classes (BRASIL, 1965).

Pode-se verificar, a partir do seu Regulamento, que os programas, os projetos e as atividades desenvolvidos pelo SESI são elaborados em função do usuário, de suas necessidades, anseios e aspirações, a partir de uma visão de totalidade: considerando o trabalhador, tanto no plano individual, como grupal e comunitário, e levando em conta suas relações pessoais, familiares, profissionais e societárias (BRASIL, 1965).

As ações, preferencialmente preventivas e educativas, são executadas em diversos níveis, conferindo prioridade aos setores e áreas em que a atuação do Poder Público e da Comunidade sejam inexistentes ou insuficientes. Essas ações devem ser compatíveis com os programas governamentais, nos âmbitos nacional e local, observando as peculiaridades, necessidades e disponibilidade de cada região (SESI, 1990a).

Entre várias áreas de atuação do SESI incluem-se o conceito de organização social, necessário ao exercício da cidadania, além de experiências educativas e do Lazer, tornando acessível aos trabalhadores os bens culturais dos diversos níveis de manifestações, especialmente nas empresas (RAMALHO,2000).

Esse fazer cultural pode propiciar o acesso a atividades artísticas, de turismo social, de teatro, música, dança, artes plásticas e registros fotográficos. Quanto ao esporte, ele aparece na área de Lazer do SESI na linha de desporto educacional e de participação. São oferecidos cursos nas mais diversas modalidades esportivas e realizados torneios e campeonatos para crianças, adolescentes, adultos e idosos, trabalhadores da indústria e assemelhadas,

tais como Jogos Nacionais do SESI e a Copa do Mundo de Futebol do Trabalhador.

Convém destacar que o papel do SESI em relação à política de Lazer, constitui-se na aprendizagem social, de auto-aperfeiçoamento e de construção e desenvolvimento cultural lúdico. Assim como destaca RAMALHO (2000), ocorre deste o início de suas atividades.

O programa de incentivo ao Lazer do SESI começou tão logo a Instituição ganhou existência formal em 1946. Era só marcar a data de um evento esportivo, de uma festa ou de um passeio de bicicleta que a imprensa, simpática à causa, fazia divulgação e a prefeitura fechava ruas e os operários compareciam em massa. Foi assim, dessa maneira lúdica e festiva, que a área foi ganhando força e perseverança para construir de forma participativa sua Política e Diretrizes de Ação para o Campo do Lazer (p.41).

A Política e Diretrizes de Ação no Campo do Lazer, é definida de forma processual que compreenderam sua formulação, desde o diagnóstico que os antecedeu e com a participação de todo o Sistema SESI, nas várias instâncias organizacionais e hierárquicas (SESI, 1990b).

Sendo uma Política Institucional sua concretização obedece aos preceitos regimentais de unidade normativa e de descentralização executiva, próprios da entidade; e o ponto-chave, o conhecimento da realidade, as necessidades e as aspirações da clientela (SESI, 1990b).

3.2 – O documento “Diagnóstico no Campo do Lazer”

O Diagnóstico no Campo do Lazer constitui uma das etapas de revisão crítica a que se determinou o SESI, com intuito de atualizar suas diretrizes e ações às demandas político-sociais da clientela (SESI, 1990a).

Uma das bases do processo de elaboração da Política e Diretrizes de Ação do SESI no Campo do Lazer, proposta pelo Departamento Nacional, foi a participação efetiva dos Departamentos Regionais. Esse levantamento de dados teve como “objetivo analisar a situação de oferta de serviços no âmbito da Instituição, detectando as principais dificuldades na sua operacionalização, de modo a fornecer dados para a definição da Política e Diretrizes de Ação do Campo” (SESI, 1990a). Todo o processo de elaboração do Diagnóstico deve ser entendido a partir de um contexto visto de duas óticas interligadas, compreendendo dados de situação, externos e internos.

A partir dos anos 80, percebe-se na instituição um momento político, propenso a repensar a Organização, com a atualização de suas políticas e diretrizes. Vários setores elaboraram seus diagnósticos, como o campo da saúde em 1984 e o da educação, em 1985 (SESI, 1990a).

O Diagnóstico justifica o estabelecimento da Política de Lazer, posterior a outras políticas setoriais, da seguinte forma: embora tenha sido reconhecida a importância de atuação do SESI no Campo do Lazer, em termos imediatos não se logrou implementar ações pretendidas no âmbito do Departamento Nacional. Esta situação talvez encontre respostas nas opções institucionais, naquele momento muito mais dirigidas a outras áreas de atuação, fundamentadas na deterioração das condições de vida da população, requerendo ações mais diretamente ligadas às questões de sobrevivência.

Entretanto, permaneceu latente a idéia de se reorganizar o Campo do Lazer no SESI, fundamentada no reconhecimento:

- do potencial do Lazer como elemento de intermediação entre empregado e empregador (capital e trabalho);
- da importância dessa atividade, enquanto espaço de participação da clientela, facilitando a interação grupal e, assim, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e individual do sujeito;
- da possibilidade de se ampliar as programações do Lazer, com conseqüente impacto no bem-estar social da comunidade trabalhadora.

No final de 1987, quando se iniciou o processo de diagnóstico, considerava-se fundamental para o estabelecimento da política a criação da Divisão Técnica do Departamento Nacional, surgindo a equipe do Serviço do Lazer. Ao concluir o Diagnóstico e estabelecer a Política, cumpre-se o estabelecido no “Plano Preliminar Nacional – SESI” para o triênio 90-92, onde a formulação de política de Lazer e diretrizes de ação, objeto último deste Diagnóstico, está consignada como uma das prioridades da Instituição (SESI, 1990a).

O diagnóstico pode ser contextualizado a partir de duas óticas interdependentes, que compreendem situações conjunturais externas e internas à Instituição (SESI, 1990a). As questões externas apontam basicamente a pequena abrangência do Lazer em função da reduzida ação governamental e da situação sócio-econômico-cultural da população, o que, conseqüentemente, dificulta o acesso aos bens culturais. Quanto às questões internas, buscou-se caracterizar os problemas de ordem conceitual, programática, técnica e operacional que interferem na oferta dos serviços de Lazer, no âmbito da Instituição.

O Diagnóstico do Campo do Lazer pode ser dividido em três etapas ou momentos distintos e complementares: Pesquisa de Caracterização da Clientela, Levantamento de dados e Reuniões de Técnicos em nível Regional e Nacional (MARCOLINO et. al., 1992).

A pesquisa de caracterização da clientela foi realizada em cinco Departamentos Regionais, um de cada região geopolítica do país, com uma amostra compreendendo 134 empresários, 815 industriários e 400 beneficiários, freqüentadores dos Centros de Atividades – CATs da Instituição.

Quanto ao Levantamento de Dados, foi realizado em todos os Departamentos Regionais do Sistema, propiciou traçar um perfil da oferta dos serviços de Lazer, sistematizando informações relativas a equipamentos e instalações, recursos humanos, programação, planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação, bem como opinião dos técnicos quanto à questão do caráter qualitativo. Este Levantamento foi enriquecido, também, com as informações oriundas dos diagnósticos dos Departamentos Regionais, elaborados em função do Plano Preliminar Nacional, para o triênio 90-92, no período 88/89 (SESI, 1990a).

O processo de Reuniões Técnicas foi definido em Encontro em Brasília em 1989, com representantes dos Departamentos Regionais (um de cada região geopolítica) e Departamento Nacional, que se encarregou da coordenação do trabalho. Nesse Encontro foram definidas as seguintes estratégias:

- elaboração de roteiro de análise, sistematizando os principais pontos de dificuldade no Campo do Lazer e mecanismos de superação, tendo como

fonte os Relatórios Anuais dos departamentos Regionais, o Levantamento de Dados e conclusões preliminares da Pesquisa;

- reuniões regionais, realizadas por técnicos de todo o Sistema e seriam consolidados diagnósticos das regiões, com apresentação de sugestões para elaboração de política e diretrizes de ação;

- reunião nacional, com a participação de técnicos das regiões e superintendentes, para elaboração de documento de política e diretrizes.

Ao longo das reuniões regionais, com o apoio técnico de um consultor, Prof. Antonio Carlos Bramante, especialista na área do Lazer, foram debatidos os pontos de dificuldades, sistematizados no encontro de Brasília, bem como aprimoradas e ampliadas as estratégias de superação, ao mesmo tempo em que se delineavam propostas para a política e diretrizes de ação.

A análise dos dados permitiu levantar características sócio-econômico-culturais da clientela, bem como suas expectativas, críticas e sugestões relativas às atividades de Lazer, possibilitando, assim, conhecer as formas de ocupação de tempo disponível ao Lazer, e sugestões e críticas frente aos serviços nesta área, tanto na empresa quanto no SESI (MARCOLINO et. Al., 1992).

Para melhor entendimento deste diagnóstico, julgamos ser imprescindível considerar o momento histórico no qual foi gerado. Sendo assim, é fundamental a transcrição de dados de situação.

Dessa forma, destacamos de acordo com o Diagnóstico do Campo do Lazer (SESI, 1990a):

1) O entendimento amplo do Lazer e sua relação com a estrutura social:

Ao abordar-se as questões do Lazer, é importante tentar caracterizar a formação social mais ampla, no sentido de contextualizar o assunto. Assim julga-se pertinente enfatizar a noção de estrutura social e sua ligação com o desenvolvimento histórico da prática do Lazer. Não obstante as discussões teóricas, às vezes bastante controversas, propõe-se como conceito de estrutura social o conjunto de indivíduos que habitam um determinado território, mais a forma como esses indivíduos se relacionam. Dentro desse entendimento dois pontos devem ser ressaltados: 1. Os indivíduos localizam-se em grupos e não isoladamente e 2. A forma como os indivíduos se relacionam é algo produzido historicamente.

Embora as práticas sociais estejam inter-relacionadas, abrangendo diversos aspectos da vida social, historicamente, as práticas econômicas, ou seja, aquelas que dizem respeito às atividades de produção, distribuição e consumo de bens têm se tornado determinantes, em relação às demais. Isto ocorre porque é na atividade produtiva que se delineia, com maior clareza, os diversos tipos de organização social (estrutura), especialmente a partir da existência de sociedades mais complexas, cuja produção vai além da mera sobrevivência de seus membros.

A partir do predomínio da atividade econômica, as relações de poder ficam definidas, onde grupos distintos colocam-se em posições distintas na manipulação de interesses. Assim, desenvolve-se as diferenças entre os grupos e, conseqüentemente, as desigualdades sociais.

2) O entendimento do Lazer como necessidade humana, historicamente situada:

No que se refere à prática do Lazer, ou da recreação, estudos sociológicos mostram a sua existência em todas as sociedades historicamente conhecidas, ao lado de outras práticas sociais, tais como as econômicas, familiares, religiosas, governamentais e educacionais.

Essas colocações, embora sumárias, nos permitem avançar na análise, entendendo o Lazer como uma necessidade social, ao mesmo tempo em que condicionado pela organização estrutural de cada formação histórica específica.

3) As barreiras sócio-econômicas para a prática do Lazer:

Se considerarmos que o salário mínimo se tem mantido com um valor na ordem de US\$ 60, temos que cerca de 50% dos trabalhadores brasileiros tem salários iguais ou inferiores a US\$ 120 mensais. Contrastando com um salário básico do sul da Europa de US\$ 600.

Mais do que pela pobreza, a população brasileira é afetada pela ignorância. Mais de 20% da população adulta, de 15 anos ou mais, são analfabetos. E menos de 10% dos adultos concluíram o 1º grau. Numa sociedade com nível de industrialização do Brasil, a quase totalidade da população adulta deveria ter o 1º grau completo.

Diante desses dados, ficam evidentes as limitações à prática do Lazer, colocada em segundo plano em relação aos demais necessidades básicas da população.

4) A consideração da baixa “ressonância social” do Lazer:

Dados do Diagnóstico de situação levantados no Plano Preliminar SESI 90-92, indicam que a oferta de serviços de Lazer está concentrado, na maioria das vezes, no âmbito da iniciativa privada, situação esta que agrava a magnitude dos problemas mencionados, ou seja: as precárias condições sócio-econômicas do povo brasileiro determinam a colocação do Lazer como atividade de caráter secundário, as quais o indivíduo pode se dedicar quando “sobra” tempo e dinheiro.

5) A autocrítica ao Lazer institucionalizado:

Quanto ao Lazer institucionalizado, percebe-se a evidência de inúmeros problemas, podendo ser ressaltada a ausência de oferta de atividades diversificadas. Enfim falta uma política que, de forma inclusiva, priorize a importância de dinâmicas voltadas para o convívio grupal/social, o

aprimoramento cultural, e ainda a melhoria da saúde física e mental do cidadão.

6) A preocupação com a abrangência nos conteúdos culturais do Lazer:

Outra situação que urge ser acompanhada com mais critério refere-se ao percentual de participantes em programas esportivos, com relação aos demais interesses culturais do Lazer, tornando clara a falta de opções culturais/sociais atraentes e de forma sistemática ao grande público.

7) A preocupação com o acesso aos equipamentos da Instituição:

Torna-se ainda necessário registrar que, além das dificuldades apresentadas, outra variável que incide diretamente na vivência das experiências de Lazer é a distância dos centros de atividades do SESI das residências da população de baixa renda, o que também, lamentavelmente, dificulta o acesso aos bens culturais.

A pesquisa empreendida junto ao empresariado da indústria pretendeu compreender sua visão sobre a importância atribuída ao Lazer em relação ao bem estar social e fez parte do “Levantamento de Dados do Campo do Lazer”. Esse documento, juntamente com as “Reuniões Técnicas Regionais de Lazer” formam o “Diagnóstico de Situação do Campo” (SESI, 1990a).

Julgamos oportuno transcrever alguns desses dados por revelarem a percepção de Lazer do empresariado.

Os itens incentivo à produtividade individual e participação dos funcionários nas decisões da empresa foram levantados, partindo do pressuposto de que estas informações, correlacionadas à percepção do empresário quanto às funções do Lazer na empresa, podem fornecer indicadores quanto às

possibilidades de incremento das atividades a partir da perspectiva de aumento da produtividade e da gestão democrática.

Dentre os empresários/empresas pesquisados, 45,2% indicaram não oferecer qualquer tipo de incentivo a produtividade individual, enquanto 54,8% afirmam oferecê-lo, situando-se em maior incidência as de grande porte com 61,9%. Quanto ao tipo, o principal incentivo constitui-se na gratificação – 23,2%, seguida da promoção - 14,5%. No tocante ao mérito, o maior índice recai sobre a qualidade produzida – 21,7%, seguida do item assiduidade – 18,9%.

Percebe-se, assim, que já em 1990 era alto o percentual relacionando o Lazer à produtividade.

Os dados relativos ao desenvolvimento de atividades de Lazer na empresa, levantados a partir das informações dos empresários, indicam que mais da metade das empresas pesquisadas as mantém. Na estratificação por porte, 85,7% das grandes empresas, indicaram manter atividades de Lazer, seguidas das médias com 70,0% e das pequenas com 41,4% confirmando estudos existentes na área, dentre os quais, merece ser citado o Documento “Lazer nas Empresas”, editado pela SEED-MEC.

Esse percentual também se apresenta bastante elevado, se considerada a época, final da década de 80, quando os dados foram coletados.

No que se refere aos objetivos de Lazer na empresa – 35,1% dos entrevistados indicam que promovem atividades dessa natureza a partir da ótica de que estas ,melhoram o relacionamento; constituem-se política da empresa, sem que se possa, contudo, verificar o determinante dessa política; 10,5% entendem que as atividades de Lazer melhoram a produtividade e que 8,8% fazem bem à saúde.

Esses dados são reveladores do que o empresariado pretendia com as atividades de Lazer nas empresas.

Ao colocar-se a questão “o que acha do Lazer para seus funcionários”, 22,5% dos empresários assinalaram sua importância “por relaxar as tensões acumuladas durante a jornada de trabalho”, 21,8% por “integrar e socializar”; 19,4% por “renovar as energias”; 16,7% por “motivar o empregado a trabalhar” e 12,7% por “aumentar a produtividade.

O próprio documento faz a seguinte análise desses dados:

podem ser destacados dois aspectos especiais. O primeiro refere-se a relativa coerência entre os objetivos e finalidades do Lazer na empresa, sob a ótica do empresário, centrados principalmente nas questões da integração grupal, equilíbrio emocional e produtividade. No segundo aspecto verifica-se que as respostas dos empresários retratam fielmente a vertente funcionalista do Lazer (Marcellino) ou, ainda, a concepção de Lazer em oposição ao trabalho para compensar as dificuldades deste último.

Analisando a pesquisa realizada com empresários, MARCOLINO et. al. (1992) notaram a predominância de uma perspectiva utilitarista do Lazer, mesmo levando-se em consideração ser ele importante para os funcionários. Além disso, as críticas surgiram referentes à divulgação, ampliação de instalações e equipamentos, e sobre a construção de Centro de Atividades (Cats) em locais próximos das indústrias.

Foram coletadas informações junto aos industriários, com o objetivo de conhecer características socioculturais da clientela no seu envolvimento com atividades de caráter político e/ou associativo, verificando-se que era muito baixa a sua participação nessa área. A maioria das respostas à questão, afirmaram não atuarem na política (95%) e não pertencerem a nenhum tipo de associação (SESI, 1990a).

Quanto às maiores despesas dos industriários, verificou-se que estas estão vinculadas aos itens alimentação – 31,6%, vestuário – 16,1% e educação – 14,0%. Nessa seqüência, o Lazer aparece em 7º lugar, superando apenas o item “segurança”, o que se explica pelo fato da renda situar-se em baixos patamares, recaindo as principais sobre questões mais imediatamente ligadas à sobrevivência. Não obstante, além da falta objetiva de meios econômicos, que limitam a participação e formas mais variadas de Lazer, é possível que este não seja efetivamente um hábito da população, tendo em vista o mesmo ser encarado como ócio numa sociedade em que ideologicamente privilegia o trabalho, em especial, aquele que produz algo rentável.

Dados da citada pesquisa revelam que a ocupação do tempo livre absorvia 17,9% com atividades áudio-visuais e 17,5% com atividades que supõem menor gasto, portanto, ficavam em casa diante da televisão, Lazer mais difundido entre os industriários. Realizada a análise por sexo, observa-se que os homens exercem mais atividades esportivas e recreativas que as mulheres, pois elas ocupam seu tempo livre com afazeres domésticos, com crianças e, ainda, com atividades áudio-visuais.

É importante ressaltar que, tradicionalmente, as mulheres possuem jornada dupla de trabalho, ou seja, na empresa e em casa, o que acarreta menor disponibilidade para atividade de Lazer. Por outro lado, agravando-se esse quadro, as programações de Lazer, bem como os equipamentos disponíveis em geral, destinam-se a atividades, culturalmente, direcionadas aos homens (SESI, 1990 a).

Do total de industriários pesquisados, 60% afirmaram existir atividades de Lazer na empresa onde trabalham, sendo que as de maior freqüência foram: jogos de mesa, futebol e atividades esportivas. É importante observar que é reduzida a existência de atividades áudio-visuais e festas, entre as opções

viáveis de Lazer, independente do porte da empresa, uma vez que não requerem grande espaço e equipamentos sofisticados.

Quanto à organização de Lazer na empresa, foi significativo constatar que o mesmo é organizado pela própria empresa ou pelos trabalhadores, sendo mínima a participação do SESI, com índice inferior a 4%.

MARCOLINO et. al. (1992), analisando a pesquisa com os industriários, ressaltou seus aspectos mais importantes :

- o Lazer ocupava o 7º lugar nos gastos do trabalhador;
- a residência era o principal local de Lazer, sendo a televisão o principal objeto;
- existia uma correlação clara entre escolaridade/nível salarial com participação em atividades de Lazer;
- evidente diferença entre o que as pessoas fazem no seu tempo livre e aquilo que gostariam de fazer.

O Diagnóstico do Campo do Lazer foi enviado a todos os Departamentos Regionais do SESI, juntamente com a proposta preliminar de Política e Diretrizes de Ação, para análise pelos dirigentes e técnicos, aceitando-se sugestões e propostas de alterações. Foram novamente remetidas ao Departamento Nacional, que as consolidou e apresentou-as em Reunião Nacional realizada em Brasília em agosto de 1990.

Na Reunião Nacional, com a participação de três superintendentes e 10 técnicos dos Departamentos Regionais, Técnicos do Departamento Nacional, e representantes do Conselho Nacional do SESI, após estudos em grupos e sessão plenária, foi elaborado o texto definitivo de Políticas e Diretrizes de

Ação do SESI no Campo do Lazer. Esse documento foi examinado na II Reunião Conjunta dos Comitês Regionais e Nacional de Planejamento, realizada em Fortaleza, em agosto de 1990, tendo sido aprovado por Ato “ad referendum” do Conselho Nacional do SESI, em outubro do mesmo ano (MARCOLINO et. al., 1992).

3.3. - A política e suas Bases

A Política e Diretrizes de Ação do SESI no Campo do Lazer constitui o marco referencial da Instituição para o planejamento, organização, execução e avaliação de atividades de Lazer no âmbito nacional. Estão assentadas no resgate, preservação e desenvolvimento da cultura local (SESI, 1990b). A consideração do Lazer tem como pressupostos fundamentais:

- O Lazer como direito de cidadania expresso na Constituição da República, Art. 6º,
- O Lazer, constituindo-se componente do bem-estar, apresenta-se como uma das ações do SESI na consecução de suas finalidades,
- O Lazer, em face das características de interação e participação, configura-se como um dos instrumentos privilegiados no relacionamento entre capital e trabalho.

Ainda com relação ao entendimento de Lazer que orienta a Política, o documento destaca que o desenvolvimento das ações de Lazer no SESI assenta-se nos princípios da livre escolha, da participação espontânea, do incentivo à criatividade e da busca prazerosa do tempo livre, proporcionando o entretenimento, a superação do desgaste físico e mental e a participação ativa

no fazer cultural. A partir deste ideário objetiva-se levar o indivíduo ao patamar participativo e criativo, culminando com o desenvolvimento pessoal e social (SESI, 1990b).

É importante frisar que o documento coloca o Lazer nas suas diretrizes programáticas como um dos seus campos prioritários de ação, entendendo os seus conteúdos culturais de modo amplo.

Estabelecido como um dos campos prioritários de atuação do SESI, o Lazer, sob a perspectiva do atendimento ao homem na sua totalidade, requer ação interdisciplinar, na busca do bem-estar social do trabalhador da indústria e atividades assemelhadas.

Entende-se como manifestações culturais do Lazer, as atividades artísticas, físico-esportivas e sociais, entre outras, as quais são intercambiáveis, ocorrendo, a depender do evento e da atitude do participante, a predominância de determinada área (SESI, 1990b).

Já nas Diretrizes Técnico-Operacionais a serem observadas no desenvolvimento das ações de Lazer, o documento apresenta:

- 1) O conhecimento da realidade, necessidade e aspirações da clientela;
- 2) Participação efetiva da clientela no planejamento, organização e avaliação das ações.

As prioridades da Política e Diretrizes de Ação do SESI no Campo do Lazer, fixadas a partir dos preceitos institucionais e considerando a magnitude

da clientela potencial e as possibilidades operacionais da entidade, são divididas:

a) quanto à clientela:

- trabalhador,
- dependente, e
- comunitário

Percebe-se, aqui, um entendimento amplo de clientela, estabelecendo-se a comunidade como um todo. Destaca-se que o atendimento da comunidade está presente nos objetivos do SESI desde a sua criação, conforme o Regulamento do SESI, capítulo I, artigo 2º, letra b: a ação do SESI abrange os diversos meios-ambientes que condicionam a vida do trabalhador e sua família (SESI, 1990a).

b) Quanto às áreas de atuação:

Entendidas como interesses culturais do Lazer, as áreas artísticas, físico-esportivas e social necessitam buscar equilíbrio quantitativo e qualitativo na oferta, tendo como seu principal determinante os interesses e aspirações da clientela, sem perder de vista outras manifestações.

Aqui, percebe-se um entendimento amplo de conteúdos culturais, com uma abrangência antropológica de cultura, compreendendo diversas manifestações no Lazer, ainda que focado prioritariamente em áreas artísticas, físico-esportivas e social. Chama a atenção o critério qualitativo ao lado do quantitativo.

c) Quanto ao tipo de ações:

- Manutenção de atividades de Lazer, pelo SESI, em suas unidades fixas de atendimento; nas empresas, mediante utilização das instalações e equipamentos destas e/ou unidades móveis do SESI; em espaços da comunidade.
- Execução de programas, especialmente na empresa e na comunidade, voltados à educação para o Lazer.
- Assessoria a empresas contribuintes na organização de atividades de Lazer para seus empregados e dependentes.
- Assessoria a entidades comunitárias, em especial aquelas que congreguem contingente significativo de industriários, na organização de atividades de Lazer.

Deve-se ressaltar, mais uma vez, a abrangência na consideração das ações, extrapolando as Unidades de atendimento, chegando até as empresas, mas também não ficando restritas a elas, e estendendo-se à comunidade de modo geral. É importante destacar o papel não só de execução, mas também de assessoria.

Vale registrar, ainda, a preocupação expressa com as ações voltadas à educação para o Lazer.

Dentro da Política e diretrizes, merecem destaque os critérios a serem observados como diretrizes técnico-operacionais no desenvolvimento das ações do Lazer:

- 1) O atendimento aos interesses dos vários segmentos que compõem a clientela do SESI, considerando-se as características etárias, de sexo e referenciado no conhecimento técnico. Buscando-se, assim, a competência técnica na tentativa de superar as barreiras intra-classes, de gênero e de faixa etária.
- 2) Planejamento, execução e avaliação formativa e somativa das ações sob a ótica interdisciplinar e participação de equipe multiprofissional. Considera-se, dessa perspectiva, o caráter multidisciplinar do Lazer e a necessidade do trabalho interdisciplinar.
- 3) Participação efetiva da clientela no planejamento, organização e avaliação da ação. Leva-se em conta a questão da participação em todas as fases do processo, deixando, assim, aberta a possibilidade do Lazer, enquanto participação popular e não como mera mercadoria ou simples produto a ser consumido.
- 4) Qualificação de recursos humanos que atendam às demandas técnicas dos interesses culturais do Lazer nas áreas artísticas, físico-esportivas e social. Demonstra-se, aqui, a preocupação com a formação e o desenvolvimento profissional do quadro para atuação.
- 5) Intercâmbio permanente entre órgãos e instituições que desempenham atividades correlatas, como um dos meios de colaboração, atualização e enriquecimento técnico. Continua a preocupação anterior, mas aqui demonstrando as possibilidades de intercâmbio com as outras organizações.

- 6) Utilização de meios de comunicação de massa como instrumento de educação para o Lazer. Mostra-se a preocupação com a utilização de tecnologias disponíveis na mídia.
- 7) Opção por programas/atividades que propiciem maior abrangência da clientela e consistência das ações no Campo do Lazer, combinando eventos permanentes, de apoio e de impacto. Deve-se ressaltar, mais uma vez, o cuidado com a abrangência da clientela, com a frequência com a qual deve ser atendida e com o tipo de atividade a ser desenvolvida.
- 8) Estabelecimento de mecanismos facilitadores ao acesso do trabalhador e dependentes aos bens culturais do Lazer, dentre eles a descentralização das ações, considerando os aspectos espaciais, temporais e econômicos. Nota-se o apego aos valores da democratização cultural.
- 9) Oferta de atividades diversificadas, que atendam aos diversos interesses culturais do Lazer de modo a concretizar o princípio da livre escolha. Observa-se a preocupação com a abrangência dos conteúdos culturais como forma de garantir os valores de livre escolha do Lazer.
- 10) Participação de equipe multiprofissional, no que se refere à localização e construção das instalações de Lazer, determinando-se o porte, a partir da realidade social. Há, aí, a demonstração da preocupação com a construção dos equipamentos a partir da análise da situação, e com a participação das equipes técnicas.
- 11) Integração com órgãos e instituições da comunidade, buscando a otimização de recursos e a ampliação das ações. Percebe-se a disposição de

integração com grupos e instituições locais, procurando somar esforços em busca de ações coletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme ficou evidenciado no decorrer do trabalho, o entendimento do Lazer como manifestação humana, circunstanciada pelo tempo e atitude, portanto, como cultura, com conteúdos diferenciados - vivenciada numa determinada sociedade temporal e especialmente contextualizada - deve levar em conta a sua especificidade concreta (MARCELLINO, 1992).

Disso decorre a constatação da necessidade de políticas públicas na área, devido ao todo inibidor que dificulta a democratização do acesso ao Lazer, não podendo ser somente considerado, de um lado, no setor do Lazer e de outro, no plano governamental. É importante que outros setores da sociedade se agreguem ao Estado, na formulação de Políticas Públicas para a área, principalmente se esses setores não se colocarem atuando setorialmente dentro dessas políticas. É o caso da Instituição estudada – o SESI – Serviço Social da Indústria.

Conforme demonstramos, embora mantida pelo patronato da indústria, a política da Instituição pode ser considerada uma Política Pública, ainda que não governamental, na área do Lazer, interagindo, dentro da organização, com outras políticas sociais (educação, saúde). Isso, talvez ocorra devido à pouca ressonância social do Lazer, a última a ser fixada.

Percebemos, também, ao analisar os documentos que a geraram, a preocupação da equipe que a elaborou, de fundamentá-la na análise da situação concreta da sociedade brasileira da época (1990), ouvindo os segmentos envolvidos – industriais e industriários.

Nesse sentido, é importante destacar que, se a visão de Lazer da Política tem inspiração no ideal liberal-humanista, da paz social e da produtividade industrial, presentes nos Documentos-Base do SESI, alimentadores de uma visão “funcionalista” de Lazer, observada no discurso dos industriais (conforme destacado no capítulo 03), a formulação da política configura-se como um marco significativo dentro da Instituição, uma vez que possibilita a geração do movimento pendular de que nos fala FREITAG (1989). E essas possibilidades não são apenas abertas pela política, mas também, apontadas claramente por ela em muitos aspectos, quais sejam:

- 1) a consideração do Lazer como direito de cidadania: é importante destacar a dimensão assumida pelo Lazer no Documento, ou seja, alcançando a ressonância social própria do significado de desenvolvimento pessoal e social, além de descanso e divertimento (conforme relatado no capítulo 01).
- 2) o assentamento da política e diretrizes de ação no setor, no resgate, preservação e desenvolvimento da cultura local: o Documento parte do respeito à cultura local para a formulação da Política, considerando, assim, do nosso ponto de vista, a cultura não apenas como produto, mas como processo, conforme nos lembra MACEDO (1982). Dessa forma, coloca-se ao lado das preocupações desta dissertação, na superação do conformismo pela participação, da difusão à participação cultural (CAVALLEIRO e SALGADO, 1996). Ao relacionar o fundamento da Política-cultura local com as Diretrizes Técnicas-Operacionais de participação no processo de planejamento, organização e avaliação das atividades, podemos entender essa cultura como a “cultura do povo” (CHAUÍ, 1989).

- 3) o reconhecimento das características de interação e participação de Lazer: configurando-se em um dos instrumentos privilegiados na relação capital-trabalho; ainda que seja questionável a instrumentação dessa relação, é preciso destacar o reconhecimento do valor do Lazer, enquanto interação e participação, uma vez que essa mesma participação será posteriormente retomada nas Diretrizes Técnico-Operacionais. E, como vimos, para a finalidade de nosso estudo, a participação é imprescindível, se a proposta for a superação do “Lazer mercadoria”, aqui vale lembrar DEMO (1993).
- 4) o reconhecimento do Lazer como um dos campos prioritários de ação da Instituição e o entendimento do Lazer, de modo amplo, em termos de conteúdos culturais; o Documento prioriza o Lazer, não o colocando dentro da hierarquia de necessidades do senso comum e o entende contemplando um leque ampliado de conteúdos culturais, ainda que destaque os esportivos, artísticos e sociais.

A contribuição da Política Pública não governamental do SESI para o caminho de superação do conformismo à participação no Lazer é encontrada também nas Diretrizes Técnico-Operacionais de sua Política, uma vez que, seus dois princípios fundamentais apontam nessa direção. Assim vejamos:

- 1) conhecimento da realidade, necessidade e aspirações da clientela. Do nosso ponto de vista, deve levar em conta, portanto, o todo inibidor, as barreiras para o Lazer (capítulo 01), a análise conjuntural e a fala dos industriários (capítulo 03) e, portanto, embasar-se numa concepção “concreta de Lazer” (MARCELLINO, 1992).

2) participação efetiva da clientela no planejamento, organização e avaliação das ações. Do nosso ponto de vista, isso nos leva ao entendimento da participação, como nos lembra DEMO (1993), enquanto meio e fim, não só como instrumento de autopromoção, mas como autopromoção em si mesma, ou, em outra palavras, “metodologia”.

Quando falamos de participação, é preciso lembrar que ela se coloca também como possível aliada para minimizar as barreiras do todo inibidor, inclusive as de espaço e equipamento. Nesse sentido, as unidades operacionais do SESI que, na sua maioria se configuram como equipamentos médios de polivalência dirigida (CAMARGO, 1979), poderiam se constituir como clubes populares (CARVALHO, s/d), a partir da participação enquanto metodologia, corporificando o associativismo (BARRETO, 1987) do industrial e da comunidade em geral, contribuindo para a sociabilização, para o engajamento, e possibilitando a organização de seus componentes.

É importante frisar que isso só ocorrerá se observados os canais de participação propostos por DEMO (1993) e os objetivos por ele definidos para o processo participativo.

Isso exigiria, também, o funcionamento da estrutura de animação proposta por MARCELLINO (2001), baseado em Dumazedier, com uma gestão comunitária em rede (ZINGONI, 2003), contando com a participação de diferentes atores promotores (PINTO, 2003). Do nosso ponto de vista, a questão do associativismo ligada à participação é fundamental, uma vez que, os dados coletados junto aos industriários demonstraram baixíssimo percentual (capítulo 03).

Além disso, o clube, no caso o CAT, poderia ser um outro equipamento de referência de Lazer para a clientela específica do SESI, uma vez que a pesquisa efetuada com a clientela revelou que a residência é o principal local de Lazer, sendo a televisão o principal objeto (capítulo 03), além de demonstrar uma grande divergência entre o que as pessoas fazem no seu tempo livre e o que gostariam de fazer.

A participação ganha amplitude, quando se analisa, na Política, a abrangência da clientela. A ação comunitária, analisada no capítulo 02, parece ser uma boa alternativa operacional, principalmente se levarmos em conta os critérios fixados na Política, como Diretrizes Técnico-Operacionais no desenvolvimento das ações do Lazer.

Essas Diretrizes Técnico-Operacionais pregam o intercâmbio permanente com órgãos e instituições da comunidade que desempenham atividades correlatas, buscando o aprimoramento técnico, a otimização dos recursos e a ampliação das ações. Isso demonstra a preocupação da Instituição de se integrar aos esforços de Políticas Públicas, ampliando, assim, o espectro de participação popular, uma vez que seus canais, segundo DEMO (1993), incluem a organização da sociedade civil e a cultura como processo de identificação comunitária. Da mesma forma, PINTO (2003) destaca a cultura do diálogo na gestão democrática de Esportes e Lazer, conforme colocado no capítulo 01.

Concluimos que, embora o entendimento “concreto” do Lazer seja incompatível com a sua visão “funcionalista” de simples atenuador de conflitos sociais ou de “válvula de escape”, em nada contribui uma certa visão “fechada”

que leva ao imobilismo. Assim, o estabelecimento de Políticas de ação setoriais, ainda que não governamentais, desde que tenham escopo coletivo e abrangência social significativa, constituem Política Pública.

Se forem formuladas especialmente para o setor do Lazer, em estreita relação com outras áreas socioculturais, poderão contribuir de modo significativo para caminharmos na superação do seu nível de conformismo para a participação popular. É o que demonstra a análise documental referente ao setor de Lazer do SESI.

A Política do SESI oferece contribuição importante no campo do Lazer, quanto à fundamentação, pressupostos básicos, princípios, prioridades, diretrizes programáticas e diretrizes operacionais.

No decorrer dos capítulos que compõem esta dissertação, tivemos a oportunidade de elencar uma série de pontos fundamentais, quanto ao entendimento do Lazer, sua concepção, seus conteúdos, gêneros, níveis, espaços e equipamentos, participação popular, canais de participação, seus objetivos, suas bases, a serem observados por organizações que se disponham a formular políticas de ação na área do Lazer, que se proponham a ser públicas, ainda que não tenham caráter governamental, preocupadas em superar o Lazer conformista pelo Lazer participativo.

De uma perspectiva de continuidade deste trabalho, sugerimos outra pesquisa realizada por pessoa não compromissada com a ação do SESI, que não pertença à entidade, visando a um saudável distanciamento para a análise. Nesta pesquisa, buscar-se-ia verificar se há descompasso entre o documento

“Política e Diretrizes de ação do SESI no Campo do Lazer”, principal objeto de análise nesta dissertação, e o desenvolvimento operacional desta Política.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vânia F. N. Uma leitura antropológica sobre a educação física e o lazer. In: WERNECK, C.L.G. & ISAYAMA, H.F. **Lazer recreação e educação física**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BARRETO, S.L.C. Associativismo no Brasil. In: **Boletim de intercâmbio**. 1987.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 1986.

BRASIL. Decreto lei nº 9.403. de 25 de junho de 1946. **Criação do SESI**. Brasília, 1946.

_____. Decreto lei nº 57.375. de 2 de dezembro de 1965. **Regulamento do SESI**. Brasília, 1965.

_____. **CONSTITUIÇÃO (1988)**, Rio de Janeiro: Bloch, 1988.

BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CAMARGO, Luís O. L. Recreação pública. In: **Cadernos de Lazer**. São Paulo: SESC, 1979.

_____. **O que é Lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARVALHO, A. M. de. **Cultura física e desenvolvimento**. Lisboa: Compendium.

CAVALLEIRO, M.C. & SALGADO, M. Diadema: Que vamos construindo. In; MARCELLINO, N.C. (Org.) **Políticas públicas setoriais de Lazer, o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996.

CAVICHIOILLI, Fernando. Indústria cultural e lazer. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 12., 2000, Camboriú. **Coletânea...**Camboriú: Roca, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

CUNHA, Newton O. **A felicidade imaginada**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DEMO, Pedro. **Ciências sociais e qualidade**. São Paulo: Almed, 1985.

_____. **Participação é conquista**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Educação e qualidade**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1998.

DISKIN, Lia. **REVISTA E**. São Paulo: SESC, 2000.

DUMAZEDIER, Joffre. **Valores e conteúdos culturais do Lazer**. São Paulo: SESC, 1980a.

_____. **Planejamento do Lazer no Brasil – A teoria sociológica da decisão**. São Paulo: SESC, 1980b.

ETHOS, Instituto. <<http://www.ethos.org.br>> acesso em: 6 de jan. 2004.

FONSECA, Ana R.R. **Lazer na empresa: que jogo é esse?** 2003. Dissertação (Mestrado em Administração Estratégica) - Universidade de Salvador, 2003.

FREITAG, Bárbara. **Política educacional e indústria cultural**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HUIZINGA, J. **Homo ludens**, São Paulo: Perspectiva e EDUSP, 1971.

MACEDO, Carmem.C. Algumas Observações sobre a questão da cultura do povo. In: VALLE, E. & QUEIROZ, J. (Org.) **A cultura do povo**. São Paulo: Educ, 1982.

MARCELLINO, Nelson C. **Lazer e educação**. 2. ed., Campinas: Papyrus, 1987.

_____. **Pedagogia da animação**. Campinas: Papyrus, 1989.

_____. Subsídios para uma política de Lazer: o papel da administração municipal. **Revista brasileira de ciências do esporte**, Campinas: v.03, 1990.

_____. O Lazer e sua especificidade e seu caráter interdisciplinar. **Revista brasileira de ciência do esporte**, Campinas: v.12, 1992.

_____.(Org) **Políticas públicas setoriais de Lazer, o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. **Estudos do Lazer: uma introdução**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2000.

_____.Lazer e Qualidade de Vida. In: MOREIRA, W.W. (Org) **Qualidade de vida, complexidade e educação**. Campinas: Papyrus, 2001a.

_____.(Org.) **Lazer e esportes, políticas públicas**. Campinas: Autores Associados,2001b.

_____. **Lazer e humanização**, 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2001c.

MARCOLINO L.C. et al. A Questão Social do Lazer e Esporte na Empresa. **RBCE**, Campinas: v.12, n (1,2,3) , 1992.

MOREIRA, Wagner W. **Qualidade de vida, complexidade e educação**. Campinas: Papyrus, 2001.

PADILHA, Valquíria. **Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito**. Campinas: Alínea, 2000.

PARKER, Stanley. **A sociologia do Lazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PERROTI, E. A Criança e a Produção Cultural. In: ZILBERMAN, R. (Org) **A produção cultural para a criança**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

PINTO, Leila.M.S.M. Lazer Concepções e Significados. **Licere**. Belo Horizonte, v.01, n.01, 1998.

_____. Inovação e Avaliação: desafio para as políticas públicas de esporte e Lazer. In: WERNECK, C. L. G. & ISAYAMA, H. F. **Lazer recreação e educação física**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RAMALHO, Cláudia M. Lazer, ócio, tempo livre e recreação: em busca de um entendimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 12., 2000, Camboriú. **Coletânea...** Camboriú: Roca, 2000.

REQUIXA, Renato. **Lazer e ação comunitária**. São Paulo: SESC, 1973.

ROSA, Maria C. Corpo e cultura. In: WERNECK, C.L.G. & ISAYAMA, H.F. **Lazer recreação e educação física**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989.

SESI. **Diagnóstico do campo do Lazer**. Brasília, 1990a.

_____. **Política e diretrizes de ação do SESI no campo do lazer**. Brasília, 1990b.

_____. **Plano Estratégico do sistema SESI**. Brasília, 2000.

_____. **SESI, Balanço social da indústria 2002**. Brasília, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SOARES, Holgonsi. **Cidadania como conceito de totalidade**. 1993. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/sk/holonsi/cidadania.html>>. Acesso em: 6 jan. 2004.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ZINGONI, Patrícia. Descentralização e Participação em Gestões Municipais de Esporte e Lazer. In: WERNECK, C.L.G & ISAYAMA, H.F. **Lazer, recreação e educação física**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

WINNICOTT, D.W. **O Brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

